

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO

DIEGO GEOVAN DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DA RESTAURAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL
PARA A VALORIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: a Casa Sede da Fazenda
Florestal e a Casa da Cultura de Irati-PR.**

IRATI
2016

DIEGO GEOVAN DOS REIS

**A IMPORTÂNCIA DA RESTAURAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL
PARA A VALORIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: a Casa Sede da Fazenda
Florestal e a Casa da Cultura de Irati-PR.**

Monografia apresentada como requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Turismo pela Universidade Estadual do
Centro-Oeste - Unicentro.
Orientador: Prof. Me. Leandro Baptista.

IRATI
2016

A Vontade Una e Soberana, Deus.

A meus amados pais, amado irmão, amada avó e
amada namorada.

AGRADECIMENTOS

Grato sou a Deus.

A minha amada mãe, Rosangela e meu amado pai, Alberto.

A meu amado Irmão, Dielson.

A minha amada avó, Cacilda.

A minha amada esposa, namorada e amiga, Camila.

A meu orientador, professor Leandro Baptista.

Aos professores Maycon Tchmolo e Poliana Fabíula Cardozo.

Aos meus amigos queridos.

Minha eterna gratidão.

“Eu vos asseguro que sou menos que uma pedra e todo o mérito deve ir para Deus que se digna, às vezes, de ouvir as preces do último de seus filhos, pois em verdade vos digo: eu nada sou, sou menos que nada.”

(Nizier Anthelme Philippe - Mestre Philippe de Lyon)

RESUMO

Esta pesquisa visa em um primeiro momento, analisar a importância da interpretação patrimonial para a conservação dos edifícios históricos e então, com foco em dois objetos de estudos distintos, a Casa Sede da Fazenda Florestal e a Casa da Cultura, ambos na cidade de Irati-PR, desenvolver um plano interpretativo para os dois edifícios. A pesquisa literária realizada trouxe à luz o histórico evolutivo do termo patrimônio e sua interconexão com as teorias da arquitetura e restauração e o uso turístico dos edifícios históricos. A pesquisa documental e de campo analisou a atual situação dos locais estudados para que então fossem desenvolvidos os referidos planos interpretativos. Os resultados deste trabalho são ao mesmo tempo conceituais, pois fundamentam a importância dos objetos de estudos para o recorte espacial no qual estão inseridos e sua comunidade, e também funcionais, pois apresentam de forma empírica as possíveis ações à serem tomadas na consecução dos projetos interpretativos.

Palavras-chave: Patrimônio; Interpretação Patrimonial; Restauração; Turismo.

ABSTRACT

This paper aims at first, to analyze the importance of heritage interpretation for the conservation of historic buildings and then, focusing on two different objects of studies, Casa Sede da Fazenda Florestal and Casa da Cultura, both located in the city of Irati-PR, to develop an interpretive plan for both buildings. Literary research brought to light the evolutionary history of the term heritage and its interconnection with the theories of architecture and restoration and the touristic uses of historic buildings. Desk and field research analyzed the current situation of the studied sites so then those interpretative plans were developed. The results of this research are both conceptual, because they justify the importance of the objects of studies for the spatial area where they are located in and their community, and also functional, since they have empirically presented possible actions to be taken in order to carry out the attainment of the interpretative projects.

Keywords: Heritage; Heritage Interpretation; Restoration; Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Foto aérea da cidade de Irati - PR	30
Figura 02 - Casa Sede da Fazenda Florestal	33
Figura 03 - Dwight-Barnard House, Deerfield, MA, 1754	34
Figura 04 - Wentworth-Gardner House, Portsmouth, N. H., 1760	34
Figura 05 - Casa Sede da Fazenda Florestal, janeiro de 1938	36
Figura 06 - Casa Sede da Fazenda Florestal, janeiro de 1939	36
Figura 07 - Residência do Cel. Emílio B. Gomes recém construída, em 1919	39
Figura 08 - Inauguração da Casa da Cultura, em julho de 1989.....	40
Figura 09 - Inauguração da Casa da Cultura, em julho de 1989.....	40
Figura 10 - Reabertura da Casa da Cultura após a reforma, julho de 2002.....	41
Figura 11 - Reabertura da Casa da Cultura após a reforma, julho de 2002.....	42
Figura 12 - Reforma da Casa da Cultura, em 2001	42
Figura 13 - Reforma da Casa da Cultura, em 2001	43
Figura 14 - Estado atual da Casa da Cultura, em 2016	44
Figura 15 - Stone House, Manassas Battlefield Park, Virginia	56
Figura 16 - Street Museum NL: Wandelen door historisch Noord-Holland.....	57
Figura 17 - Past View©™ Sevilla.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: TURISMO E PATRIMÔNIO	14
1.1 MONUMENTO, MONUMENTO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO.....	14
1.2 VICISSITUDES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO.....	19
1.3 INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL	25
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO	29
2.1 CIDADE DE IRATI - PARANÁ.....	29
2.2 CASA SEDE DA FAZENDA FLORESTAL.....	31
2.3 A CASA DA CULTURA.....	37
CAPÍTULO 3: RESULTADOS	45
3.1 PROJETOS DE RESTAURO	45
3.1.1 A Casa Sede da Fazenda Florestal	45
3.1.2 A Casa da Cultura de Irati	47
3.2 PROJETOS DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL.....	48
3.2.1 A Casa Sede fa Fazenda Florestal	48
3.2.2 A Casa da Cultural de Irati	51
3.2.3 Ações de dupla aplicabilidade	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68
ANEXO 1: INSCRIÇÃO TOMBO 102-II, PROCESSO Nº 06/90.....	72
ANEXO 2: LEI MUNICIPAL Nº 2111/2004.....	73

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo a humanidade busca conhecer e estudar seu passado por meio de monumentos, tanto o é que devido ao aumento dessa curiosidade o termo patrimônio passou por diversas modificações ao longo dos anos que o caracterizou de forma mais complexa. Percebeu-se, com o tempo, que o estado de conservação de tais monumentos, então patrimônios, estava em um nível crítico e que, se nada fosse feito, logo viriam abaixo e a história com eles mantida, ruiria em breves relatos daquilo que não mais poderia se ver, apenas lembrar. Começa então, a preocupação e a necessidade de restaurar esses monumentos.

A partir então do século XV, como constatado por Choay (2006), as teorias da restauração eclodem junto aos ideais de amor à arte advindos do Renascimento. Teorias opostas enfrentaram-se nas figuras de John Ruskin e Viollet-Le-Duc através de, respectivamente, uma visão conservacionista e outra não conservacionista. Para que não se estagnasse enquanto os edifícios ruíam à deriva, teorias conciliadoras e práticas foram criadas, como a de Camilo Boito. A partir de então a restauração passa a incorporar aspectos governamentais sobre a necessidade de proteção do patrimônio. Começam então, os fluxos de visitantes e como consequência, a geração de divisas para as regiões às quais detinham algum monumento de certa forma conhecido.

A relação entre turismo e patrimônio sempre foi delicada, pois de um lado critica-se a venda do patrimônio única e simplesmente como uma mercadoria econômica, sem ao menos incrementar o nível cultural de seus visitantes. Por outro, observa-se a necessidade do patrimônio para o turismo e desse para a preservação do patrimônio, alegando que um sem o outro, não é capaz de se auto sustentar. Fator concludente no entanto é que o turismo traz retorno financeiro para o município ao qual se localiza um monumento e que, o patrimônio, como objeto do passado, tem entre suas principais razões de existir, o turismo. É preciso, nesse caso, gerir de forma correta a atividade turística para que o espólio não se torne apenas uma mercadoria, mas seja fonte de conhecimento e cultura à seus visitantes e, da mesma forma, o turismo possa contribuir para a preservação desse patrimônio e gere divisas ao município, fomentando a qualidade de vida da população local.

Preservar a identidade cultural concentrada em bens materiais e imateriais de um grupo social ou região é parte fundamental do processo de compreensão dos modos de vida e sua evolução pelos quais as pessoas passam ao longo dos anos. Sabe-se que nem sempre é possível preservar essa identidade com a mesma velocidade com a qual ela é modificada. Além da modernidade, que demanda constante evolução e faz com que antigas construções sejam demolidas para que novas sejam colocadas em seu lugar, ainda existe o problema da depredação causada àquelas construções as quais ainda permanecem completa ou parcialmente edificadas.

Observa-se que o motivo da realização de atos depredativos aos monumentos históricos provém em grande parte da falta de informação quanto à importância que tal edifício possui para a comunidade. Faz-se então necessária a preservação e conservação desses bens em conjunto com a aplicação de um sistema de educação patrimonial que permita a interpretação desse edifício para que então a história e identidade à qual ele faz parte sejam mantidas. O patrimônio edificado é parte fundamental do processo de compreensão histórica, pois reaviva de forma presencial a história de determinado povo.

Um dos meios encontrados para proteger a herança histórica edificada de um povo foi o tombamento, que no estado do Paraná já vem sendo usado há mais de meio século. Segundo explicações contidas na obra: *Espirais do Tempo*, da Secretaria de Estado de Cultura do Paraná, publicado em 2006, o período histórico que abrange os tombamentos de patrimônios edificados no Estado do Paraná é longo, tendo início no século XVIII, porém a legislação estadual que cuida dos tombamentos é pioneira no país e foi criada na metade do século XX, quando o Paraná conquistou sua própria lei de proteção do Patrimônio Histórico-Cultural, sendo um exemplo para o Brasil, a lei estadual nº 1211 de 16 de setembro de 1953¹.

O Paraná é um estado que possui um grande número de monumentos históricos que são símbolos marcantes da história de seu povo, contudo, devido aos característicos problemas pelos quais passam os edifícios históricos remanescentes, muitos se encontram à beira da ruína e alguns poucos casos ainda permanecem erguidos, lutando contra o tempo e todas as adversidades inerentes a um edifício centenário. A Casa Sede da Fazenda Florestal e a Casa da Cultura de Irati, ambas

¹ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>

localizadas no município de Irati-PR, a primeira na zona rural e a segunda na zona central da cidade, são dois exemplos de edifícios históricos que encontram-se ainda erguidos, porém lutando contra a ação depredadora do tempo e o próprio homem como agressor material.

Para adensar a reflexão a fim de que se possa compreender o sentido da valorização e interpretação patrimonial bem como a importância do envolvimento da população no processo, faz-se necessário primeiramente compreender o sentido de patrimônio e sua evolução ao longo dos anos. Dessa forma apresenta-se então a seguinte problemática: Como a restauração, aliada à interpretação patrimonial, contribuem para a valorização dos edifícios históricos? Para elucidar tal problemática essa pesquisa buscará resolver o seguinte problema em uma micro escala espacial: Como a restauração e a interpretação contribuirão para valorização da Casa Sede da Fazenda Florestal e da Casa da Cultura de Irati? Tal análise dar-se-á especificamente pelo estudo dos projetos de restauro da Casa Sede da Fazenda Florestal e da Casa da Cultura de Irati e, em um segundo momento pela proposição de ações de interpretação patrimonial aplicáveis aos dois objetos de estudo.

Assim, o objetivo central que permeia esta pesquisa é: Analisar a importância da restauração e da interpretação patrimonial para a valorização dos edifícios históricos. Para alcançar tal proposta, dois objetivos específicos foram estipulados:

- Caracterizar os projetos de restauro da Casa Sede da Fazenda Florestal e da Casa da Cultura de Irati.

- Propor ações de interpretação patrimonial para os dois edifícios.

A pesquisa dividir-se-á em duas etapas metodológicas distintas:

1. Pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico sobre tema. Serão analisados livros e artigos científicos voltados ao tema de patrimônio histórico, turismo, restauração e interpretação patrimonial. Serão utilizados materiais bibliográficos disponíveis tanto fisicamente quanto digitais, por meio da internet.
2. Pesquisa documental. Serão pesquisados documentos referentes ao tema abordado como jornais, revistas, projetos, ofícios, imagens e toda documentação necessária a respeito do tema. Os documentos serão pesquisados em órgãos diretamente ligados à administração dos edifícios

estudados, como a Prefeitura Municipal, a Casa da Cultura, IAPAR, e Secretaria de Estado de Cultura. Poderão também, nesta etapa, ser realizadas entrevistas com pessoas ligadas aos órgãos citados para obtenção de informações.

O levantamento bibliográfico foi realizado objetivando a exaustão de todo conhecimento necessário para análise dos temas abordados, desde as teorias da restauração e arquitetura, à conceitualização de monumento, monumento histórico, patrimônio, identidade cultural e memória social. Em um segundo momento, foi realizada a pesquisa documental, que balizou a coleta de informações necessárias para compreender a atual situação dos recortes de estudo estabelecidos para este trabalho.

Uma vez coletadas as informações documentais, foi possível a este pesquisador analisá-las fundamentado pelos conhecimentos adquiridos através da pesquisa bibliográfica, podendo dessa forma proceder para a próxima etapa do trabalho, que foi a dissertação quanto à importância da restauração dos edifícios históricos estudados, bem como a elaboração do plano de interpretação para os dois casos. Por fim, foi realizado o cruzamento dos dados com vistas à produção conclusiva da pesquisa.

Restaurar, conservar e preservar são processos complexos. Para tal, durante a elaboração do trabalho far-se-á necessária uma explanação entre os conceitos primordiais do que é patrimônio, de restauração e da relação entre turismo e patrimônio. Assim justifica-se esta pesquisa, na busca pelo desenlace da problemática apresentada, pois, restaurar e proteger a Casa Sede da Fazenda Florestal e a Casa da Cultura de Irati são formas perduráveis de manterem-se vivas a história e tradição do município e sua população. Primeiro porque manterá viva parte da história local, segundo porque, a primeira é uma construção única no estado e a segunda porque constitui parte do desenvolvimento urbano e econômico do município, e, obviamente, porque trabalhando-se de maneira correta, ambos poderão vir a ser fontes de cultura para seus visitantes e de divisas para o município.

CAPÍTULO 1: TURISMO E PATRIMÔNIO

O turismo e o patrimônio vivem relações ora condizentes, ora antinômicas entre si. Para entendê-las é preciso observar o contexto histórico que precede tanto o termo patrimônio, quanto o turismo e sua evolução. Este capítulo explanará de forma objetiva os conceitos do patrimônio material, percorrendo seu progresso de monumento à patrimônio bem como as teorias conformes e desconformes no que concerne à sua restauração.

Será também abordada a relação entre a visitação, pelo que hoje se denomina turismo cultural, com a conserva o dos bens materiais. Será levantada a discussão, através das visões antag nicas de diferentes autores, das possíveis vantagens e desvantagens das visita es aos bens patrimoniais.

Por fim este capítulo abordará aspectos da interpreta o patrimonial como ferramenta da educa o patrimonial como possível mediadora entre a então contenda levantada entre o turismo cultural e a conserva o do patrimônio. Objetiva-se assim que, ao final do capítulo seja possível harmonizar e agregar os dois aspectos adversos dessa discussão.

1.1 MONUMENTO, MONUMENTO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO

A no o de patrimônio, que hoje vigora, não   um conceito unânime ou mesmo recente, mas sim, antes de qualquer defini o, um amálgama teórico que vem sendo desenvolvido desde o Renascimento. Choay (2006) aponta que entre os diversos eventos ocorridos no *Quattrocento* italiano², a concep o de antiguidades e, por consequência, de monumento, foi um evento em pauta na discussão entre artistas e humanistas, o que foi de fundamental importância para a evolu o do termo até então conhecido unicamente como monumento.

Segundo Choay (2006, p. 26), “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente   memória viva e com a dura o.”. Apesar de serem de certa forma parecidos,   clara a diferença que adveio ao termo após o *Quattrocento*, como esclarece ainda a autora, quando diz que, “o monumento   uma cria o deliberada

² Período de grandes transforma es culturais e artísticas ocorrido no século XV, datado entre o fim Idade Média e início do Renascimento italiano.

(*gewollte*) cuja destinação foi **pensada a priori** de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal [...]”.(CHOAY, 2006, 25-26, grifo do autor).

É necessário, contudo, também destacar, como lembra Camargo (2002, p. 25) "que os monumentos intencionais também podem ser considerados Monumentos Históricos, bens patrimoniais, e teriam uma característica simbólica para nós que ultrapassa o seu significado primeiro e intencional." Observa-se então que, antes do Renascimento, o título de monumento era destinado apenas à edifícios construídos com um objetivo específico de marcar a história, enquanto que o monumento histórico, por intervenção e observação de estetas da época, passou a representar qualquer edifício antigo que marca, revive e faz parte da história de determinado povo ou local.

Acompanhando as evoluções características da época, percebe-se, segundo Choay (2006), que à medida que progrediam os saberes da história da arte, da história das técnicas, da arqueologia, entre outros saberes, o conceito de Monumento Histórico também passou por transformações teóricas que futuramente tornariam sua definição antinômica àquela que vinha sendo utilizada, assim, o termo Monumento Histórico, passou a ser chamado de Patrimônio. Segundo Grammont (2006) a palavra patrimônio representava apenas as propriedades transmitidas hereditariamente, ou seja, os bens passados de pais para filhos. Clarificando essa definição, Cardozo (2011, p. 190) complementa que "Patrimônio, de maneira geral é o que se herda e o que se acumula, e, ou seja, o que se recebe e se preserva". Conclui-se assim que, mais do que o patrimônio *per se*, herda-se também a responsabilidade de preservá-lo.

Nota-se assim que, em um primeiro momento não há diferença substancial entre os termos, mas sim certa ligação e evolução, como enfatizado por Brusadin e Silva (2011, p. 71) "O conceito de patrimônio está intimamente ligado com o conceito de monumento histórico, devido ao fato de ambos remeterem ao passado de um povo e terem por finalidade reviver esse passado [...]". Tendo claro que todos os monumentos históricos são heranças deixadas por nossos ancestrais, heranças estas as quais se fazem necessárias proteger e preservar, o acrônimo Histórico, foi anexado ao termo, surgindo assim o Patrimônio Histórico.

O novo termo então designado passou a ser utilizado de forma constante,

porém, não deixou de ser objeto de estudo por parte de escoliastas e pessoas relacionadas à temática. Para Lemos (1987) as construções antigas e seus pertences são apenas partes do patrimônio de um povo e abrange somente um segmento de um contexto maior: o Patrimônio Cultural. Seguindo esta contextualização, o autor sugere que:

O Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. [...] O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao fazer. São os chamados elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Aliás, a palavra artefato talvez devesse ser a única a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja. (LEMOS, 1987, p. 8-10)

Dessa forma, segundo a linha de pensamento do autor supracitado, o Patrimônio Histórico é axiologicamente inerente ao Patrimônio Cultural, sendo parte deste. Seguindo a mesma linha de pensamento, Grammont esclarece:

O Patrimônio Histórico passa a integrar o conceito de Patrimônio Cultural. Este, finalmente, dividido entre material e imaterial, engloba o conceito antropológico de cultura enquanto todo fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores e, dessa forma, o conceito entra no século XXI [...] O contexto em que se estabeleceu o conceito de Patrimônio Cultural e seu tratamento permanecem em constante mutação conquanto são construção culturais. (GRAMMONT, 2006, p. 440).

Assim, atualmente quando define-se um objeto de estudo histórico de valor cultural qualquer, por referir-se a um termo generalista, não especificando necessariamente um objeto de estudo patrimonial, utiliza-se apenas o termo Patrimônio ou o duplo acrônimo, Patrimônio Histórico-Cultural. As construções antigas, sendo parte do Patrimônio Histórico edificado, e, por conseguinte do Patrimônio Cultural, são um dos principais símbolos da herança material de antigas gerações e que enfrentam, dia após dia, adversidades que lhes outorgam a desventura de serem depreciadas, seja pela ação humana ou do tempo. Com vistas a sanar ou desacelerar esse processo, uma alternativa harmônica, apontada por algumas linhas de pensamento, é a restauração.

A restauração é uma forma prática de se manterem vivas as características originais de um edifício histórico. No entanto, à primeira vista algo de valor

unicamente positivo, a restauração enfrentou, e enfrenta, controvérsias teóricas o que, constata-se, não é apenas um apanágio das teorias patrimoniais. Nos estudos da restauração, segundo Choay (2006), duas teorias destacaram-se, a conservacionista, do teórico e professor de arte e arquitetura inglês, John Ruskin (1819–1900), e a não conservacionista, do arquiteto e restaurador francês, Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879).

John Ruskin era contra qualquer intervenção feita aos edifícios históricos, segundo ele restauração significa “a mais completa destruição que um edifício pode sofrer [...] a coisa é uma mentira absoluta [...] O projeto restaurado é absurdo. Restaurar é impossível. É como ressuscitar um morto.” (CHOAY, 2006, p. 155). Para Ruskin, ao modificar um edifício pela restauração, estaria retirando-se dele toda essência inculcada em sua construção, pois o edifício jamais poderia ser restaurado com as mesmas emoções e ideologias com as quais foi construído. Contudo, ao condenar a restauração, Ruskin não convida a deixar os edifícios caírem, ao contrário, ele “defende a manutenção e reparos não visíveis, até atingirem o limite de sua resistência e até que convenha então substituí-los, segundo critérios contemporâneos, mas conforme a tradição identitária que eles nos têm transmitido.” (CHOAY, 2011, p. 24-25). Ruskin foi austero em sua teoria, não criando margens para mudanças, da mesma forma que Viollet-Le-Duc, estoico em sua visão contrária.

Para Eugène Viollet-Le-Duc, a restauração era fundamental para se manter e preservar um edifício. Segundo ele, “restaurar um edifício, não é fazer a sua manutenção, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode nunca ter existido em um momento dado.” (CHOAY, 2011, p. 135). Le-Duc era a favor de, se preciso for, recriar partes de edifícios deteriorados, o que, constatando-se nos edifícios sob sua égide, foi largamente utilizado. Segundo Choay (2006, 2011), Viollet visava promover uma aproximação histórica e didática da restauração e para tal fim, tinha como seu lema a ideologia do arqueólogo francês Prosper Mérimée (1803-1870), o qual prezava a conservação do que existe e a reprodução do que manifestamente existiu.

De forma satisfatória Grammont (2006) compila as teorias dos dois autores quando diz que o conceito de Restauração segundo Viollet-Le-Duc consistia em reconstituir a forma original, ou supostamente original, do edifício e não era

considerada plenamente a autenticidade do objeto. Já Ruskin, segundo a mesma autora, defendia que toda forma de restauração, ainda que comprovada, era um atentado à autenticidade do objeto. O atrito entre os autores e seus adeptos perdurou por anos, dividindo pesquisadores de toda a Europa. Como ambas as teorias representavam um axioma para seus autores, outros pesquisadores sentiram a necessidade de, de alguma forma, empreender e utilizar ambos os conceitos de forma mais harmoniosa.

Assim, em 1893, Camilo Boito (1853-1914) formulou um método de restauração mediador entre os opostos de Ruskin e Le-Duc. Camilo, de acordo com Grammont (2006) criticava a reconstituição de partes desaparecidas, para ele as intervenções deveriam ser mínimas, notoriamente distintas do original, e todos os processos utilizados precisariam ser embasados em documentos registrados e divulgados. Boito foi então o primeiro a mediar os opostos entre Ruskin e Le-Duc. Ainda segundo Grammont (2006, p. 438-439) “as ideias de Boito criaram as bases para o conceito moderno de restauração [...] As teorias de restauração, porém, tampouco estavam efetivamente estabelecidas.” Outros arquitetos e demais pesquisadores ulteriores passaram então a orientar suas metodologias para aspectos que dizem respeito à concepção Ruskiana e Le-Duciana, aperfeiçoando assim a teoria mediadora de Boito, implantando metodologias de restauro e conservação que vêm sendo utilizadas até os dias atuais.

É percepção factual a evolução do termos que designam e evoluem as características do Monumento ao Monumento Histórico, atribuindo valor não só àquilo que se venera, mas ao que de mais simples se constrói. Da mesma forma a gradação do Monumento Histórico ao Patrimônio e deste último à suas distintas ramificações, reforçando a acepção de que, o que nos é deixado como herança precisa ser respeitado, cuidado e preservado.

De forma similar é possível perceber a evolução das teorias de restauro que agregaram valores semelhantes com o objetivo de manter e preservar nossas heranças ancestrais. Ambos os conceitos evoluíram à um patamar no qual o desejo de se manterem vivos os resquícios do passado são de vital importância para que se compreenda o presente e se planeje o futuro. Para tal tarefa, faz-se necessário não apenas manter o passado fisicamente vivo através de edifícios históricos, mas também, mantê-lo vivo na memória das pessoas, em sua identidade social, e isso

será possível através da utilização correta do edifício, seja pela utilização social ou pela visitação.

1.2 VICISSITUDES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO

A relação entre o patrimônio e o turismo é delicada pois se, por um lado a visitação pode ser benéfica para a manutenção dos edifícios, devido ao aporte de custeio financeiro, também pode ser prejudicial pelo próprio fato do visitante, que pode também depredar o local. Esta discussão desperta atenção de pesquisadores dos campos sociais e históricos. A curiosidade humana leva as pessoas a buscar conhecer suas origens através de símbolos vivos de seu passado. Da mesma forma, a necessidade econômica faz com que, em caso dessa curiosidade natural não existir, possa ser estimulada para que então os monumentos que compõem o patrimônio de determinado povo ou local, sejam visitados.

Algumas vezes sob o pretexto de resgate histórico, outras vezes com um maior apelo econômico, são criadas políticas públicas, material de *marketing* e obras de infraestrutura com vistas a fomentar a visitação a esses monumentos. Essas visitas, contudo, repousam sobre as perspectivas de duas visões antinômicas, uma que traz a visitação como de primordial importância para a manutenção dos edifícios históricos, não apenas economicamente mas também socialmente, e outra, no sentido oposto, que advoga ser a visitação causa prima da degradação dos monumentos.

Desde muito cedo em sua história o homem viaja com o intuito de conhecer criações edificadas de sua própria progênie, porém, foram nas viagens do *Grand Tour*, viagens realizadas por filhos de famílias aristocráticas com intuito de reforçar seus estudos entre os séculos XVI e XIX (CAMARGO, 2002, p. 38), que a visitação a sítios históricos se fundamentou devido a variedade desses sítios por toda a Europa. Após a popularidade do *Grand Tour*, Choay esclarece que:

Enfim, sucedâneo ao precursor “grand tour” da aristocracia inglesa e de sua “sociedade dos dilettanti”, o turismo da arte expande-se em meio às classes privilegiadas da Europa: seu desenvolvimento pode ser simbolizado no nome do prussiano Karl Baedeker (1801-1859), que concebeu e editou os primeiros guias turísticos enfocando os monumentos antigos e os museus. (CHOAY, 2011, p. 22)

A partir de então as visitas aos sítios e monumentos históricos passam a ser constantes práticas da elite aristocrática e, em alguns anos, unindo-se a eles, demais amantes da arte, da história, arqueólogos, arquitetos e pessoas comuns passam a praticar a visita histórica, seja por fins pedagógicos, sociais ou pleno deleite.

Com o advento das visitas históricas, o Patrimônio edificado passa a enfrentar não só as adversidades climáticas, que corroboram para sua destruição, mas também agora, a ação desmedida do homem, do visitante que, muitas vezes, com uma velocidade incrivelmente superior às intempéries do tempo é capaz de depredar e destruir os monumentos visitados. Nesse ponto, iniciam-se diversas discussões entre pesquisadores da área no que concerne à visita do Patrimônio. De um lado, observa-se a venda do patrimônio como uma mercadoria cultural, sacrificando sua essência. De outro lado defende-se a visita como forma de proteger o patrimônio da destruição por meio da própria visita, reforçar a pedagogia cultural e gerar desenvolvimento econômico para a região na qual o monumento está situado.

Para Choay (2006), a visita como meio pedagógico e de proteção, apesar de não impossível, é algo utópico, para a autora a visita só em longo prazo refletir-se-á sobre a conservação, enquanto isso, a mercantilização é predominante no chamado Turismo Cultural. É de fácil percepção que a autora se coloca criticamente contra a utilização do patrimônio pelo turismo da forma com a qual ele vem sendo utilizado. Sua opinião é bastante clara quando diz que:

A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. **E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável.** (CHOAY, 2006, p. 226, grifo do autor).

Esta colocação mistifica a possibilidade do turismo com função pedagógica e cultural que, apesar de representar uma boa proposta tornou-se apenas um mito de encobrimento mercantil. Choay (2011, p. 37) ainda delega o fato de que “essa cruzada pelo consumo mercantil do patrimônio não é somente prejudicial aos visitantes, enganados quanto à natureza do bem a ser consumido [...] Ela conduz muito frequentemente também à destruição dos sítios”. A destruição dos sítios

referidos pela autora, além da própria depredação por parte do visitante inconsequente, se dá em razão da necessidade de se estabelecer infraestrutura adequada para receber a demanda turística, como hotéis, estradas, lojas, além da possível aculturação da população local. Já quando diz que os visitantes são enganados quanto à natureza do bem consumido, a autora claramente se refere à falsa ideia de aprendizado cultural proposto na viagem. Funari e Pinsky compartilham da opinião da autora e retratam a situação no seguinte cenário:

Não é o que se vê, mas o como se vê, que caracteriza o turismo cultural. Será que um grupo que se propõe a ver a Europa toda em duas semanas, às pressas, em ônibus nos quais fala-se apenas o português, as paisagens vistas apenas através dos vidros (que funcionam quase como escudos contra os cheiros, gostos e cores das ruas) faz algum tipo de turismo cultural? Nas rápidas paradas, as pessoas são avisadas que daquele cartão postal deve-se tirar fotos, seja ele a torre Eiffel, a torre de Londres, a muralha da China ou a sereiazinha de Hans Cristian Andersen, em Copenhague. Dispara-se o obturador, perpetua-se a imagem e prova-se aos amigos e familiares que lá se esteve, o que, de resto, é testemunhado pelas lembranças *made in Taiwan* dos mesmos estereótipos fotografados (oh, quantas miniaturas da torre Eiffel adornam geladeiras ao lado de pinguins) e generosamente dados de presente a quem ficou. (FUNARI; PINSKY, 2003, p. 8).

Para que a viagem de fato seja caracterizada como Turismo Cultural, é preciso mais que fotos ou o fato de se estar em um sítio histórico. É preciso conhecer a história daquele monumento, compreender o porquê de sua construção e sua importância para a comunidade local, bem como viver e experienciar, mesmo que momentaneamente, a cultura daquelas pessoas, pois aquele monumento não foi construído a mero prazer, ele tem uma razão de existir que está profundamente ligada à história das pessoas que em seu entorno vivem.

Além da agressão física causada ao patrimônio e seu entorno, um dos mais graves problemas concerne à agressão imaterial feita diretamente à comunidade local. Para Choay (2006) e Brusadin e Silva (2011) o turismo tende a excluir as populações locais e suas atividades tradicionais, agindo de forma a destruir os modos de vida e o patrimônio das localidades. A opinião dos autores vai além de meras conjecturas baseadas na síntese básica do sistema econômico de capital, o qual visa a geração de lucros. Segundo Rodrigues (1996 apud FUNARI; PINSKY, 2003, p. 15) “A atividade turística é produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais.”, sendo assim, a posse de maiores rendas pode determinar, mais que o

gosto pela arte e história propriamente ditos, a opção das viagens, o que acarretará também na forma com a qual o visitante se comportará perante o monumento e a cultural local.

A depredação material e imaterial causadas ao patrimônio pelo turismo inconsequente e não planejado, como anteriormente fundamentado, é evidente. O visitante, se não plenamente consciente da importância do monumento e de seu comportamento, contribuirá para a ruína do patrimônio e da cultura e tradição local, da mesma forma, o patrimônio meramente mercantilizado e vendido não será ator de enriquecimento cultural ao visitante, o que fechará um ciclo vicioso de não contribuição para ambos os lados. O que fazer então, para mediar esta situação? Alguns autores são plenamente a favor da utilização do patrimônio pelo turismo, convictos de que este é fator fundamental na preservação do patrimônio e ao mesmo tempo o patrimônio se torna agente de educação e sensibilização social. A chave estaria na correta educação patrimonial.

Para Figueira o turismo é crucial para que o patrimônio se mantenha vivo, tanto fisicamente quanto na memória coletiva de determinada comunidade.

Quando falamos de utilização, exploração do patrimônio cultural pela atividade do turismo, não estamos nos remetendo apenas a uma forma exploratória do turismo como atividade comercial, somente e simplesmente geradora de renda e sim a uma consciência conservacionista chamada de turismo sustentável, capaz de usufruir e ao mesmo tempo conservar o patrimônio, colocando-o em evidência para que a cultura não desapareça com o passar dos anos. (FIGUEIRA, 2007, p. 11).

Para a autora supracitada, além de contribuir para a preservação do patrimônio, o turismo ainda é agente ativo na prevenção da extinção de determinada cultura. Também para Brusadin e Silva (2011, p. 80) "o uso turístico do patrimônio histórico gera muitas vezes a sua manutenção, que tem o sentido amplo de conservar a memória e identidade de um povo.", nesse contexto, a manutenção ocorre pois há um motivo ou seja, a visita que, conseqüentemente trará ganhos financeiros para o município. É nesse sentido que Brusadin e Silva (2011) asseveram que o turismo tem contribuído de alguma forma, mesmo que imperfeitamente para a preservação. Assim, o que se torna necessária é uma correta utilização do patrimônio como atrativo.

Outros autores como Silva e Bomfim (2009, p. 03) também enfatizam a importância do turismo aliado ao uso do patrimônio quando dizem que "o turismo

cultural ao propor ações de promoção e de divulgação do patrimônio cultural procura, simultaneamente, contribuir para o fortalecimento das identidades culturais e para o desenvolvimento econômico e social". Fica evidenciado que o turismo, criando uma razão de existir ao patrimônio, preza pela sua conservação ao mesmo tempo em que o patrimônio conservado é capaz de enriquecer culturas e intelectos, o que faz-se necessário é uma mediação entre fatos e opiniões para que os benefícios para ambos os lados sejam proporcionados.

A educação patrimonial vem de encontro a essa necessidade conciliadora, pois visa sensibilizar o visitante e a comunidade local da importância do patrimônio. Um edifício histórico, se não for compreendido pela comunidade como parte integrante de sua própria cultura, pode não passar de apenas um prédio antigo, atrapalhando o desenvolvimento imobiliário. É necessário, por este motivo, que ele seja interpretado de maneira correta para que exista o sentimento de pertencimento desse edifício por parte da comunidade, para tal, ela precisa ser patrimonialmente educada. Sobre a educação patrimonial Figueira disserta que:

É importante observar que a educação patrimonial não é apenas uma ferramenta de utilidade para o desenvolvimento do turismo sustentável, mas também e principalmente um artifício para a criação da consciência, do ato de cidadania, de conservação da cultura, de preservação de costumes, da história, da memória, da identidade, da vida. (FIGUEIRA, 2007, p. 10).

A importância da educação patrimonial é frisada com foco não apenas ao visitante, mas à comunidade local, para que esta conheça mais a fundo sua história e dessa forma reforce sua identidade cultural, o que resultará em um sentimento de pertencimento entre comunidade e patrimônio. Figueira (2007) ainda enfatiza que a educação patrimonial configura-se como uma forma de resgatar a relação de afeto, apego, amor, identificação entre a comunidade e seu patrimônio, desencadeando um processo de aproximação do bem cultural à população, enfatizando o sentimento de pertencimento, compreendendo o patrimônio como parte de sua história, sua cultura, sua memória. Reconhecendo o patrimônio como pretérito valorativo, a população agirá de forma a preservá-lo e esse sentimento e perspectiva, serão transmitidos aos visitantes.

É evidente o ciclo que se fecha em torno da questão entre turismo e patrimônio. Por um lado a irrefutável contribuição do visitante para a economia local e do patrimônio para o intelecto artístico do visitante. Por outro, o comércio desmedido e muitas vezes insuportável do patrimônio com vistas apenas à geração

de lucros acaba por degradar edifícios e culturas, bem como proporcionar uma visita frívola ao visitante. Barretto (2001, p. 104) ressalta que “a preservação do patrimônio pode ser tanto causa como consequência do turismo.”, pois a visita em si cria um porquê de existência ao edifício. Ribeiro e Santos (2008, p. 8) reforçam a ideia quando afirmam que “a relação entre o setor privado [...] e o patrimônio pode ser considerada como uma relação comercial, porém cabe destacar que sem um o outro não sobrevive.”, continuando assim o ciclo paradoxal dessa relação.

Diante dessas duas visões antinômicas, a primeira postulada por autores como Choay e Funari e Pinski, de que não há turismo cultural sem a mercantilização do patrimônio, e a segunda, enfatizada por autores como Figueira e Brusadin e Silva, de que, o turismo é a única forma de manter o patrimônio como legado histórico e educativo, expressa-se a seguinte opinião.

Não é factual deter o rápido avanço tecnológico, social e cultural que o atual momento emprega. A medida que a cultura se adapta, o novo tende a substituir o antigo e este, a desaparecer. Pouco uso pode-se fazer daquilo que já não é mais considerado útil aos olhos da sociedade moderna, a não ser que se possa enquadrá-lo no atual contexto mercantil. Concorde-se com Choay ao exprimir o fato de que o turismo essencialmente cultural é utópico. Não há razões para se manter um edifício ou um modo de vida passado, se não puder vendê-lo, ainda mais se esse passado representou, no espaço e no tempo, um período de dor e sofrimento que não mais se quer experienciar. Não há motivo para se manter o antigo se ele não se adaptar, de alguma forma, ao que é novo.

Neste contexto, assume-se a opinião de que o turismo é sim, se não a única, a forma mais eficiente de se manter vivo o patrimônio, seja ele material ou imaterial, contudo é ingênua a busca pela essencialidade da cultura a qual ele remete, em uma época a qual ela não se faz mais necessária. Nas valências do turismo recai essa habilidade. O turismo tem os meios para reconstruir o antigo e adaptá-lo ao novo, para vendê-lo se necessário for, mas assim mantê-lo. Para ser este elo, no entanto, o turismo precisa ser corretamente gerenciado e direcionado.

O correto uso e gestão do patrimônio pode pôr fim a um embate histórico aproximando da realidade as perspectivas mais positivas em relação ao usufruto que engloba o turismo e o patrimônio. Camargo define bem o atual momento quando diz que:

Passamos a conviver com esta metonímia, o patrimônio, tão importante para o turismo quanto este último fenômeno é fundamental para a **preservação** do patrimônio e, contraditoriamente, para a sua própria **desaparição**, quando gerenciado inadequadamente. (CAMARGO, 2003, p. 57, grifo do autor).

Até o momento, o caminho apontado para uma gestão eficiente entre turismo e patrimônio, tem sido a educação patrimonial que atua de forma direta na relação entre o sujeito e o objeto de estudo, ou seja, o visitante e o patrimônio. Uma das ferramentas da educação patrimonial já utilizada para esse fim é a interpretação patrimonial.

1.3 INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

Seria virtuosamente proveitoso se as crianças, desde sua educação de base, tivessem acesso ao estudo das artes e conceitos patrimoniais, pois assim cresceriam com uma maior concepção valorativa de seu próprio passado. É possível que, se esse conhecimento fosse trazido de tenra idade e aperfeiçoado durante os anos de estudos secundários, essas crianças, então jovens, concluíssem seus estudos com uma concepção fortemente entrelaçada à importância da proteção patrimonial, como o que é feito na Itália. “Na Itália, a iniciação dos jovens ao espaço edificado começa na escola primária. O ensino obrigatório da história das artes plásticas, da arquitetura e do ordenamento é conduzido durante os três últimos anos dos estudos secundários [...]” (CHOAY, 2011, p. 39-40). O resultado é uma comunidade que tem por um de seus princípios básicos a proteção de seu passado edificado. Como essa base educacional não possui referentes em muitos países, educar as pessoas, já adultas, torna-se fundamental para a compreensão do patrimônio e, ações como a interpretação patrimonial visam alcançar esse propósito.

Freeman Tilden é considerado o pai da interpretação patrimonial. Tilden (1977 apud IEF, 2002, p. 11) define a interpretação como “uma atividade educativa, que se propõe revelar significados e inter-relações por meio do uso de objetos originais, do contato direto com o recurso e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação literal”. Segundo o autor, a interpretação vai além de simplesmente passar a informação ao visitante, mas antes, passar a informação de uma forma que possa ser interpretada de maneira correta.

Para Morales (1998 apud PIRES, 2006, p. 15) a interpretação patrimonial pode ser definida como “uma estratégia de comunicação-apresentação do patrimônio que utiliza um conjunto de técnicas de comunicação a fim de facilitar a interação entre o patrimônio e a sociedade.”, nesse sentido, Morales reforça que o objetivo da interpretação é fazer o visitante interagir de uma forma mais profunda com o local ou monumento visitado.

Don Aldridge (1973 apud IEF, 2002, p. 14) apresenta uma definição mais romântica sobre a interpretação, ele diz que ela é “a arte de explicar o lugar do homem em seu meio, com o fim de sensibilizar o visitante sobre a importância dessa interação e despertar nele um desejo de contribuir, para a conservação do meio [...]”. Don Aldridge além de contextualizar o significado da interpretação, foi além, reforçou que seu fim visa à preservação por meio da sensibilização do visitante.

É possível perceber através das definições supracitadas, que o sentido primordial da interpretação patrimonial não é o simples fato de passar a informação, mas antes, instigar a curiosidade do visitante para que ele manifeste em si o desejo de conhecer, viver e ser, metaforicamente falando, transportado para uma realidade paralela à sua, um tempo no qual o patrimônio visitado não era apenas um prédio antigo, mas algo de extremo valor social e que isso faz parte de sua própria história, seja como morador local, seja como ser humano.

A Interpretação pode ser apresentada, basicamente, em duas formas, a guiada e a autoguiada. IEF (2002) e Pires (2006) evidenciam que a guiada conta com um intérprete especializado encarregado de conduzir e interpretar o meio aos visitantes. Já a autoguiada não se utiliza de pessoas, mas de outros recursos auto interpretativos como mapas, placas, *flyers*, etc. As duas modalidades possuem referenciais positivos e negativos e medidas pontuais devem ser tomadas com vistas a não prejudicar o resultado da interpretação.

No caso da interpretação guiada, um fator de extrema importância é que haja um intérprete extremamente qualificado. O intérprete, segundo IEF (2002, p. 26), “é aquele que intermedia e facilita o contato entre o visitante e os recursos de um lugar. Ele deve desempenhar o papel de 'traduzir' as informações [...]” Ainda sobre a atuação do intérprete, IEF (2002, p. 26-27) reforça que “cabe ao intérprete cativar e ganhar a admiração do visitante como forma de ter, neste, um potencial aliado no trabalho de conservação.” Assim, a forma com a qual o intérprete conduz a visita e

passa as informações, são fatores determinantes para uma interpretação bem sucedida por parte dos visitantes. Se o intérprete traduziu e repassou as informações de forma a reviver sensações e momentos nos quais os visitantes se sentiram fora de seu mundo habitual, realizou bem seu trabalho. Por outro lado se, apenas repetiu informações, como um gravador ou um texto lido, a interpretação obtida pelo visitante não será aquela esperada.

No que concerne à interpretação autoguiada, diferentes fatores de abordagem devem ser levados em consideração. De acordo com Pires (2006, p. 40-42) os meios de interpretação autoguiados utilizados para a realização da interpretação patrimonial são: “Publicações: mapas, folhetos, cartazes, roteiros ou guias; Placas e painéis interpretativos; Modelos e maquetes; Guias portáteis de som e audiovisuais.”. Assim, é de fundamental importância que esse material contenha informações cuidadosamente selecionadas para que possam transmitir a mesma mensagem de uma visita guiada.

Muitas vezes é possível encontrar ambas as formas integradas, nas quais existe um intérprete e ao mesmo tempo, diversos materiais como textos, mapas, placas e etc., como suporte ao visitante. Dessa forma, a interpretação tem mais chances de acontecer de maneira bem sucedida. Ambas as formas de interpretação são válidas desde que elaboradas de forma correta e que atuem sob a perspectiva de uma temática, ou seja, um tema central de exposição.

O tema central da interpretação irá direcionar os acontecimentos ocorridos durante uma visitação. Segundo IEF:

Na interpretação o 'tema interpretativo' é uma mensagem. Esta mensagem está relacionada a uma ideia mais geral sobre a qual se deseja falar - o Tópico [...] Um mesmo tópico pode dar origem a diferentes temas interpretativos. Os tópicos referem-se ao objeto de apresentação e podem ser variados. (IEF, 2002, p. 42).

Assim, suponha-se que em uma exposição, o tópico central seja o Antigo Egito, e nessa exposição diversos temas sejam abordados, como por exemplo: a vida dos faraós, a construção das pirâmides, a religião egípcia, etc., cada um desses temas pode transmitir uma mensagem específica, de acordo com os objetivos elaborados pelos coordenadores da exposição. É importante que os temas sejam apresentados já no início da visitação, independentemente do meio interpretativo, dessa forma o visitante poderá fazer a conexão entre o que está sendo repassado e

a ideia central objetivada. Por isso, como afirma Morales (1998, apud PIRES, 2006, p. 38) “a mensagem tem que ser atrativa e criada de forma que o visitante compreenda-a com rapidez [...] Deve-se usar uma linguagem simples, compreensível pelo visitante.”. É preciso levar em consideração que o visitante está em seu momento de lazer e não está disposto, muitas vezes, a dispendar tempo com leituras ou explicações técnicas que, sumariamente, não possui conhecimento técnico para compreender, a não ser que seja uma visita técnico-científica.

Para que a interpretação ocorra de forma satisfatória e coerente, Tilden (1977, apud IEF, 2002, p. 17) destaca alguns princípios básicos que devem ser seguidos, enfatizando que a interpretação deve ser: “prazerosa; significativa; organizada; provocante; diferenciada e temática.”. Esses elementos coligidos fazem da visitação uma ação bem sucedida de interpretação e sensibilização. Por outro lado, existem fatores que podem comprometer seriamente o resultado positivo, ou até mesmo anulem, a interpretação como um todo. Também segundo Tilden os fatores que podem comprometer a boa qualidade da interpretação são:

Usar de linguagem técnica; conduzir o visitante, sem permitir que ele tenha as suas próprias sensações e percepções; influenciar a percepção do visitante, usar textos grandes; reduzir o texto, comprometendo a fluidez do mesmo e; apresentar informações isoladas, sem conexão. (TILDEN, 1977, apud IEF, 2002, p. 16-17).

Evitando-se fatores comprometedores e trabalhando o desenvolvimento dos fatores que contribuem para uma correta interpretação, a visitação tende a ser uma experiência única para o visitante. A interpretação, como bem destaca Cardozo (2011, p. 194) “toca o visitante, fazendo com que ele compreenda em profundidade o que visita [...] Pode ainda fazer com que leve consigo mais do que uma experiência turística, mas uma mensagem que possa modificar seu modo de pensar e agir [...]”. A interpretação, mais que apenas um conjunto de técnicas, pode ser a chave para um modelo de educação patrimonial versátil, bem sucedido, e, por consequência, amenizar o entrave entre a proteção patrimonial e o turismo.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDOS

Este capítulo delimitará os locais apontados para a realização desta pesquisa. O recorte espacial engloba dois objetos de estudos específicos, estando os dois localizados no município de Irati-PR, um na região rural do município e o outro na área central da cidade. Caracterizar-se-á em primeira instância o município de Irati, seus traços históricos e dados geográficos. Em seguida, explanar-se-á sobre os dois objetos de estudo *per se*, sendo o primeiro a Casa Sede da Fazenda Florestal, localizada na área rural do município, e o outro a Fundação Edgard & Egas Andrade Gomes, conhecida localmente como Casa da Cultura, essa localizada na região central da cidade. Partindo desta caracterização será possível conceber uma análise mais imperscrutável deste trabalho.

2.1 CIDADE DE IRATI - PARANÁ

Irati é um município brasileiro, localizado na região sudeste do Paraná, a aproximadamente 150 Km da capital Curitiba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE (2015) a cidade possui população estimada de 59.339 habitantes, a maior parte vivendo na área urbana do município.

No que consta da história da região, o IBGE (2015), relata que a área que hoje é Irati foi inicialmente povoada pelos índios Iratins, ramo dos Tupis que habitavam o Paraná. A partir de 1890, famílias procedentes de Campo Largo, Assungui de Cima e Lapa fixaram-se na área, fundando-se então, o povoado de Covalzinho, que se tornaria mais tarde a sede de Irati, nome adotado em 1899, quando da penetração dos trilhos da antiga Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Os pioneiros a trazerem desenvolvimento para o pequeno município foram Francisco Paula Pires, Pacífico de Souza Borges, José Monteiro, João Tomaz Ribas, Lino Esculápio Mariano e Emílio Batista Gomes, este último tendo sido o primeiro prefeito do município já emancipado.

No constante ao quesito etnográfico, a população iratiense é composta, em sua grande maioria por imigrantes europeus que, segundo o IBGE (2015), vieram para Irati após esta ter sido elevada à categoria de município pela lei nº716 de 02 de abril de 1907. As principais etnias de imigrantes a chegarem foram alemães, holandeses, ucranianos e, principalmente e em maior número, poloneses.

Em 1996, segundo Carneiro (2005), Irati recebeu o Selo de Município com Potencial Turístico, do antigo Ministério do Esporte e Turismo do Brasil e em 2002 foi contemplada com o Selo Ouro, representando a implantação do seu Plano de Desenvolvimento Turístico, de acordo com o as metas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Atualmente, o PNMT não está mais ativo, contudo, a obtenção dos selos citados demonstram o interesse do município no desenvolvimento da atividade turística. A figura 01 caracteriza uma foto aérea da cidade de Irati e da Imagem de Nossa Senhora das Graças.



Figura 01: Foto aérea da cidade de Irati - PR.
Fonte: Repositório digital da Prefeitura Municipal de Irati.³

Ainda segundo Carneiro (2005), o município de Irati tem seu turismo voltado principalmente ao ecoturismo, devido à presença de muitas cachoeiras e da Floresta Nacional de Irati. Há ainda na localidade outros atrativos diversificados, como os ligados ao turismo religioso, representado pela imagem de Nossa Senhora das Graças, observada na figura 01, com 22 metros de altura e considerada a maior imagem de Nossa Senhora das Graças do mundo, bem como a romaria e via sacra em locais próximos à Igreja Assunção de Nossa Senhora; o turismo de negócios e eventos, com festas étnicas e gastronômicas, como a Festa Polonesa, com missa,

³ Disponível em: <http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=galeria>

apresentações culturais e gastronomia típicas; a Deutsches Fest – Baile do Chopp e da Linguíça, para os descendentes de alemães; e a Festa das Nações, que reúne tanto os pratos típicos quanto as principais manifestações da cultura de alemães, holandeses, italianos, poloneses e ucranianos. Além dessas existe também o Rodeio de Irati, considerado um dos maiores rodeios crioulos da região.

Presente também está o turismo cultural, entre outros frisado pela Casa da Cultura do município, um imóvel do início do século XX com um grande acervo relacionado à história de Irati, a qual é um dos objetos de estudo desta pesquisa.

2.2 A CASA SEDE DA FAZENDA FLORESTAL

A partir do fim do século XIX a madeira surge como importante produto de comercialização no Estado do Paraná. Porém, é apenas no começo do século XX que tem início a exploração em larga escala, suprimindo o mercado interno e exportando para os países do Cone Sul e Europa. Sob essa forte perspectiva de mercado, a Serraria Florestal, de propriedade de Alberico Xavier de Miranda, inicia seus trabalhos em 1912 no então município de Teixeira Soares. (CARVALHO; MIRANDA, 2005)

A Serraria Florestal compreendia um grande complexo de instalações fortemente estruturado com vila operária, escola e igreja. Carvalho e Miranda descrevem o local como:

[...] um complexo autossuficiente, abrangendo a serraria, galpões industriais, máquinas a vapor e ramais ferroviários, além de vila operária, armazém, escola, igreja e sede. O ciclo completo de implantação, desenvolvimento, apogeu, decadência, desativação e venda da Fazenda Florestal ao Estado em 1967 mostra que não bastam a vontade férrea e o esforço ativo para o sucesso e consolidação de um empreendimento. Aqui, ele se confunde e consome na trama da economia local da madeira [...] (CARVALHO; MIRANDA, 2005, p. 20).

Como descrito pelos autores acima citados, o ano de 1967 consolida o fim definitivo das atividades do complexo, resultando na venda da propriedade para o Estado, o que compreende hoje o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR e no local hoje funciona a Estação Experimental de Florestal. Os motivos que levaram a decadência da grande serraria ainda não são conhecidos e as especulações não possuem embasamento suficiente.

No que concerne a Casa Sede da antiga serraria, esta foi mantida e utilizada como moradia até o ano de 1970, depois passou por um período de abandono até 1990, quando, devido à suas características arquitetônicas, foi tombada como Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, em 30 de julho de 1990 (Inscrição Tombo 102-II, Processo Número 06/90) (Anexo 01). A propriedade pertenceu geograficamente ao município de Teixeira Soares até que Fernandes Pinheiro, então um distrito de Teixeira Soares, tornou-se um município independente, assim, a propriedade passou a ser parte do novo município.

Essa situação porém, criou divergências políticas que perduraram anos entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro. Depois de mais de uma década de inconsonâncias, o município de Irati solicitou oficialmente ao Estado a verificação geográfica da propriedade, alegando que o casarão na verdade, estava localizado em território iratiense, desde o princípio de sua fundação. (Informação verbal)⁴. Assim, no ano de 2011 a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), solicitou ao Instituto de Terra, Cartografia e Geociências (ITCG), a verificação geográfica da localização exata da propriedade. Dessa forma, no dia 05 de março de 2012, uma nova anotação foi inscrita no livro tomo da propriedade, a qual consta no anexo 01, atualizando e transferindo, oficialmente, a propriedade Casa Sede da Fazenda Florestal ao município de Irati por direito. Tem fim então um dilema político que se arrastou por anos. A propriedade agora pertence oficialmente ao município de Irati.

A Casa Sede da Fazenda Florestal, hoje conhecida pelos moradores locais apenas como 'casa do IAPAR', é um edifício de características arquitetônicas únicas no estado do Paraná, como bem descrevem Carvalho e Miranda:

A residência principal, em estilo neoclássico georgiano, é uma peça única em nossas terras. Característica das residências do século XVIII da Nova Inglaterra, nas quais se faziam releituras em madeira, tijolos ou pedra de modelos "palladianos", ela pertence a uma tradição muito difundida na costa leste americana, do Maine à Virgínia. Aqui ela poderia ser lembrada apenas como uma curiosidade arquitetônica, ou ser notada pelo seu deslocamento, mas [...] é uma lição sobre as possibilidades de sofisticação técnica e refinamento, luxo e conforto proporcionados pela madeira. (CARVALHO; MIRANDA, 2005, p. 20).

A arquitetura Georgiana foi um conceito fortemente difundido durante o reinado do rei George da Inglaterra no século XVIII, largamente encontrado nos EUA, como definido por Howe:

⁴ Informação cedida pelo Senhor Júlio César Dias, coordenador da Secretaria de Cultura de Irati-PR.

A arquitetura Georgiana foi o estilo do século XVIII, especialmente a partir do reinado do Rei George I o qual ascendeu ao trono em 1711, até a Revolução Americana (Rei George III). Construções feitas durante esse período são fortemente influenciadas pelas inglesas, as quais foram disponibilizadas por meio de livros impressos de arquitetura. O estilo Georgiano foi relativamente homogêneo desde o Maine até os estados do Sul. (HOWE, 1998, p. 1, tradução do autor).

Para possibilitar uma visão mais específica da arquitetura Georgiana do edifício em estudo, a Casa Sede da Fazenda Florestal, as figuras 02, 03 e 04 fazem uma breve comparação entre a Casa Sede e outros edifícios em estilo Georgiano nos Estados Unidos.



Figura 02: Casa Sede da Fazenda Florestal.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura de Irati.⁵

⁵ Não disponível online.



Figura 03: Dwight-Barnard House, Deerfield, MA, 1754.
Fonte: Boston College.⁶



Figura 04: Wentworth-Gardner House, Portsmouth, N.H., 1760.
Fonte: Boston College.⁷

Através das imagens mostradas é possível perceber a semelhança entre as construções estadunidenses e a Casa Sede como, por exemplo, os frontões, a

⁶ Disponível em: http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/georgian.html. Acesso em: 15/08/2015.

⁷ Disponível em: http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/georgian.html. Acesso em: 15/08/2015.

disposição das janelas, o telhado, entre outros detalhes de estilo arquitetônico, o que, como citado anteriormente por Carvalho e Miranda (2005), caracteriza a autenticidade de seu estilo e a estabelece de fato, como peça única no Paraná.

Percebe-se, contudo, que mesmo sendo construção única no estado e, apesar de ser patrimônio tombado, a construção enfrenta as intempéries da degradação. Na descrição de Carvalho e Miranda (2005) hoje a visão do local é a de um vilarejo fantasma, melancólico e mal cuidado. A Casa Sede enfrenta sérios problemas de degradação causados principalmente pelo abandono. No ano de 2006 foi emitido um pedido para elaboração de um projeto de restauração do edifício à Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP). Segundo a própria SEOP (2007), atendendo à solicitação, o memorial descritivo do projeto foi elaborado no ano de 2007, pela empresa Arquibrasil Arquitetura e Restauração Ltda., da cidade de Curitiba – PR, vinculado e divulgado pela SEOP.

Em uma breve descrição da ambientação e seus usos da casa, feita com informações obtidas com a Senhora Odete Miranda Munhoz da Rocha, filha do Senhor Alberico e que lá morou desde que a casa foi construída até 1938, a SEOP descreve que:

Implantado no centro de um amplo jardim, o edifício é constituído de corpo principal – com dois pavimentos e sótão – e contíguo a ele, outro mais baixo - com um pavimento e porão. O corpo principal tem planta em “L”. Na perna maior a simetria só é quebrada no térreo pela bay window à direita e pela varanda à esquerda. No térreo ficavam as salas de jantar, visitas, jogos e o escritório. Os quartos de dormir e vestir eram no pavimento superior e, no sótão ficavam os quartos de brincar e de hóspedes. Na perna menor do “L” situam-se os banheiros do pavimento superior e do sótão e, no térreo, o vestíbulo lateral, o lavabo e a copa. A casa possui quatro acessos. O principal, na frente, é marcado por um pórtico ornado por colunas de madeira que marca a simetria da fachada. Pela varanda lateral sustentada por colunas jônicas se tem acesso à antiga sala de jogos e escritório. Uma graciosa varanda de madeira dá acesso ao trecho mais estreito do corpo principal e o acesso ao puxado de serviço é feito pelos fundos. As coberturas têm estrutura de madeira e telhado de telhas de barro tipo francesa [...] Os alicerces são de alvenaria de pedra irregulares [...] As madeiras utilizadas nas paredes, pisos e forros são principalmente a de imbuia e a de pinheiro. (SEOP, 2007, p. 6-7).

Pela descrição acima, percebe-se que na época de sua construção, a Casa Sede diferiu em muito das simples moradias dos imigrantes eslavos que na época ocupavam a região. As figuras 05 e 06 retratam imagens da casa no auge de seus usos, no início do século XX.



Figura 05: Casa Sede da Fazenda Florestal, Janeiro de 1938.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.⁸



Figura 06: Casa Sede da Fazenda Florestal, Janeiro de 1939.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.⁹

⁸ Não disponível online.

⁹ Não disponível online.

As imagens antigas da casa infelizmente contrastam friamente com o atual estado em que ela se encontra. No diagnóstico de estado e conservação do prédio feito pela SEOP, é constatado que:

De modo geral, pode-se afirmar que a degradação do edifício pode ser atribuída principalmente ao fato dele não estar adequadamente protegido das chuvas. As infiltrações já causaram danos a pisos, forros e paredes. O ataque de insetos xilófagos nas peças de pinheiro, notadamente nos assoalhos e forros do sótão, e a grande quantidade de enxames de abelhas são outros fatores de comprometimento da edificação. Problema estrutural apresenta-se somente no caso da parede dos fundos do corpo principal que deslocou para baixo em função de sobrecarga e da perda de resistência das vigas do porão. Os danos são, portanto, fruto muito mais da **falta de manutenção periódica** e preventiva que por problemas estruturais ou degradação natural de materiais. (SEOP, 2007, p. 7, grifo do autor).

A necessidade de restauração do edifício é evidente. Quanto mais o tempo transcorre, mais danificada a estrutura se torna, fazendo com que esse patrimônio estadual venha aos poucos a sucumbir às intempéries que ameaçam os patrimônios abandonados.

Juntamente com o projeto de restauração, a SEOP encomendou três planos orçamentários para a realização da obra, os quais serão apresentados como resultado da consulta desta pesquisa.

2.3 A CASA DA CULTURA

A Casa da Cultura (Fundação Edgard & Egas Andrade Gomes) caracteriza-se por um edifício do início do século XX, especificamente construída no ano de 1919 por Arcélio Baptista Teixeira para servir de residência ao seu então patrão e sua família, o Cel. Emílio Baptista Gomes. Segundo a Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico e Legado Étnico de Irati, PMI, (2015), a família Gomes foi pioneira no processo de colonização do município e sua emancipação política, ocorrida durante um significativo ciclo econômico do estado, o Ciclo da Madeira, que foi o responsável pelo desenvolvimento de inúmeras cidades, incluindo Irati.

De acordo com Kosinski (2013), a casa foi inicialmente erguida com inspirações do neoclassicismo espanhol, possível herança cultural do patriarca da família, o Cel. Emílio B. Gomes, o qual possuía raízes espanholas. A casa possuía

paredes duplas, algumas em estuque¹⁰, contava com fiação elétrica e banheira com funcionamento à caldeira. Ainda sobre a estrutura da casa, PMI (2015) transcreve:

Sua estrutura conserva as características originais, em madeira sobre alicerce de pedras, edificada em um pavimento sobre porão alto. As paredes possuem vedação dupla, feitas por tábuas dispostas em sentido horizontal, no sistema de encaixe, macho e fêmea. O acesso principal é localizado na lateral do edifício, através de uma escada estruturada em arcos, com dois lances frontal e posterior que chegam ao mesmo patamar. Adentrando na varanda que dá acesso ao segundo pavimento. A cobertura em 4 águas é composta por telhas de cerâmica, do tipo francesa, sendo o imóvel arrematado por lambrequins. O que se remete ao um processo de circularidade cultural, devido a influência da cultura eslava, também presente na região. (PMI, 2015, s/p)

No tocante ao usufruto dos pavimentos da Casa, Kosinski (2013) também relata que a casa conta com dois pavimentos, o inferior, o qual primeiramente funcionou como Banco Francês, com sede na França. Logo após serviu para comércio e também para moradia da família. Esse pavimento contava inicialmente com 14 cômodos, sendo que um deles funcionava como Ateliê de Costura para Pepita Gomes, no qual muitas senhoras do município encomendavam os seus trajes. A parte superior da Casa contava com mais 11 cômodos fora o Hall, sala de piano, para festas da alta sociedade iratiense, pois conforme a revista Iraty de 1923 “A residência do Sr. Emílio. B. Gomes constitue um mimo elegante de arte e de esthetica”. (KOSINSKI, 2013, p. 1). Observa-se assim a importância arquitetônica e socio-cultural da casa no auge de seu usufruto.

A figura 07 retrata a residência no ano de sua construção, recém finalizada.

¹⁰ Argamassa feita com gesso. Massa branca ou policromática em cuja composição pode entrar cal, areia fina, pó de mármore e obrigatoriamente gesso e cola. É utilizado como revestimento em interiores, principalmente tectos e ornamentos executados em relevo. Disponível em: <http://www.engenhariacivil.com/dicionario/estuque>

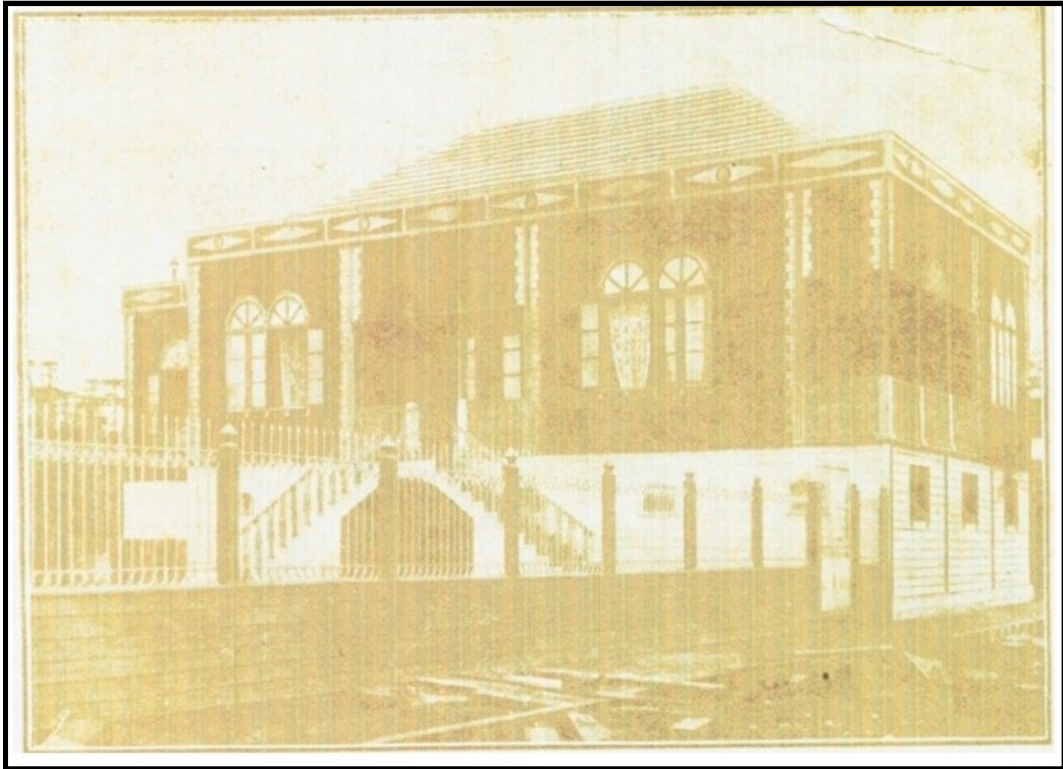


Figura 07: Residência do Cel. Emílio B. Gomes recém construída, em 1919.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹¹

No ano de 1989 a família Gomes cedeu a residência para uso do município, em regime de comodato, através da lei nº769/87, na gestão municipal, à época, do prefeito Sr. Alfredo Van Der Neut e como Secretária Municipal de Cultura a Sra. Luiza Nelma Fillus. Segundo PMI (2015) o intento da doação foi estabelecer no local a Secretaria Municipal de Cultura, o Museu Municipal e também a Biblioteca Municipal. Nessa época houve a primeira reforma da casa, feita pelos técnicos da Secretaria Estadual da Cultura, com intuito único de garantir a possibilidade de uso da residência. Nenhuma informação técnica a respeito dessa reforma pôde ser encontrada nesta pesquisa. As figuras 08 e 09 mostram a abertura oficial da Casa da Cultura, em 10/07/1989.

¹¹ Não disponível online.



Figura 08: Inauguração da Casa da Cultura, em julho de 1989.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹²



Figura 09: Inauguração da Casa da Cultura, em julho de 1989.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹³

¹² Não disponível online.

¹³ Não disponível online.

Em 2001, dez anos após a inauguração, a casa passou por uma nova 'reforma-restauro'. Como relata Kosinski (2013), desta vez sob a na gestão do prefeito Sr. Antonio Toti Colaço Vaz, sendo a secretária municipal de Cultura Educação e Desportos a Sra. Rita de Cassia Almeida, e o Coordenador da Secretaria de Cultura, o Sr. Júlio César Dias. Nesta reforma buscou-se retratar com precisão os aspectos originais da casa, para isso a varanda, situada à frente da casa, também passou por modificações. A cor externa foi alterada, de verde passou a ser vermelha. Novos muros de tijolos foram construídos também nesta reforma. Não foi possível nesta pesquisa encontrar informações orçamentárias sobre esta reforma.

Em 08/07/2002 a casa foi entregue novamente aos serviços da comunidade, para uso da Secretaria de Cultura Municipal e também para o Museu Municipal, oferecendo ainda cursos e oficinas de artes, músicas e línguas no pavimento inferior. A abertura desta vez contou com apresentações artísticas e concerto de violinos, como pode ser observados nas figuras 10 e 11. Já as figuras 12 e 13 retratam partes da reforma sendo executada.



Figura 10: Reabertura da Casa da Cultura após a reforma, em julho de 2002.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹⁴

¹⁴ Não disponível online.



Figura 11 - Reabertura da Casa da Cultura após a reforma, em julho de 2002.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹⁵



Figura 12: Reforma da Casa da Cultura, em 2001.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹⁶

¹⁵ Não disponível online.

¹⁶ Não disponível online.



Figura 13: Reforma da Casa da Cultura, em 2001.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹⁷

No ano de 2004 a casa foi doada definitivamente ao poder público, através da lei municipal nº 2111/2004, constante no anexo 02. Atualmente dois departamentos compõem a Casa da Cultura, o Departamento de Cultura e o Departamento de Museologia. Uma nova 'reforma-restauro' está em fase final de aprovação. Esta contará com um projeto mais arrojado e com maior aporte financeiro, utilizando-se inclusive de projeções em 3D na sua apresentação. Informações técnicas ou teóricas sobre essa nova reforma no entanto, ainda não estão disponíveis ao domínio público para que possam ser apresentadas nesta pesquisa.

Contudo, em visita ao local é perceptível que a estrutura permanece sem investimentos adequados até o momento para sua utilização como museu e que uma nova reforma é necessária. A estrutura está visivelmente deteriorada, como pode ser observado na figura 14, e no que diz respeito ao acervo no primeiro pavimento é possível encontrar algumas peças bem dispostas e à exposição pública, porém muitas outras encontram-se guardadas no andar térreo sem as devidas condições de exposição. A história precisa ser mostrada para ser lembrada, do contrário será esquecida. Cabe ressaltar que a Casa da Cultura ainda não é um patrimônio tombado, por motivos burocráticos variáveis que não permitiram tal ação.

¹⁷ Não disponível online.



Figura 14: Estado atual da Casa da Cultura, em 2016.
Fonte: Repositório digital da Casa da Cultura.¹⁸

Assim, é visivelmente necessário desenvolver um plano de ação para incrementar o uso do museu municipal, fomentar a importância de sua história para a população, conscientizar através da educação patrimonial e suas devidas ferramentas pois, mais importante do que qualquer reforma física-estrutural é a reforma na percepção de como a população vê e interpreta o patrimônio como parte de si mesma e sua história.

¹⁸ Não disponível online.

CAPÍTULO 03: RESULTADOS

Esta pesquisa foi constituída objetivando, em primeira instância, analisar e refletir a importância da restauração e da interpretação para o processo de conservação dos bens históricos materiais. A restauração é o caminho do resgate palpável de um edifício histórico. Sem ela dificilmente haverá a valorização do antigo que, não passará de algo velho e sem valor aos olhares menos atentos. A restauração é o primeiro passo para uma adequada interpretação. Ao ver um edifício renovado, como se estivesse no auge de seu uso temporal, um sentimento nostálgico pode perpassar o observador, abrindo caminho para que esse possa ser patrimonialmente educado e sensibilizado da importância do referido edifício, seja para si mesmo e sua comunidade ou para a comunidade a qual visita. A restauração e a interpretação são, assim, ferramentas indissociáveis no processo de criação do indivíduo culturalmente educado, que irá zelar e respeitar seu patrimônio.

3.1 PROJETOS DE RESTAURO

3.1.1 Casa Sede da Fazenda Florestal

Esta pesquisa propôs-se também a analisar os projetos de restauro da Casa Sede da fazenda Florestal e da Casa da Cultura de Irati. No que diz respeito à Casa Sede, o projeto foi realizado pela empresa Arquibrasil, bem como as previsões orçamentárias. Contudo, o projeto elaborado é única e exclusivamente relativo à atual situação do prédio e sua estruturação, não citando informação alguma a respeito dos possíveis usos futuros do local. Em entrevista com o Sr. Júlio Cesar Dias, coordenador do Departamento Regional de Cultura, não existe um projeto de futuros usos do patrimônio, existe sim a ideia de se implantar o museu da madeira, em virtude da residência ter sido sede da antiga serraria Florestal.

Essa ideia porém poderá ser posta em prática apenas após as obras de restauro da casa serem concluídas e não existem previsões para tal. Interessante observar o fato de que o Estado se propõe a direcionar recursos à restauração de um edifício histórico sem necessariamente saber de antemão seu futuro usufruto. Deveras difícil dizer se tal fato pode caracterizar inabilidade estatal para com o uso

do patrimônio ou a contínua não observância das possibilidades financeiras que a relação turismo-patrimônio pode gerar.

Juntamente com o projeto de restauração, a SEOP encomendou três planos orçamentários para a realização da obra de restauro da Casa Sede, sendo escolhidas as empresas Arquibrasil Arquitetura e Restauração, Jeferson Navolar Arquitetura e Urbanismo e Alfred Willer Arquitetura e Planejamento. Os valores totais foram, na época, os seguintes:

- Arquibrasil: R\$ 555.705, 01 (quinhentos e cinquenta e cinco mil setecentos e cinco reais e um centavo). (PARANÁ, 2007).
- Jeferson Navolar: R\$ 900.559, 50 (novecentos mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) (PARANÁ, 2007).
- Alfred Willer: R\$ 1.675.705, 19 (um milhão seiscentos e setenta e cinco mil setecentos e cinco reais e dezenove centavos) (PARANÁ, 2007).

A diferença orçamentária, como é possível perceber, é considerável entre as empresas. Em breve análise realizada nos três orçamentos, constata-se que os itens inclusos na obra de restauro são os mesmos nos três documentos, o que muda é a diferença nos valores de cada item e talvez, os valores dos materiais a ser utilizados. Não cabe contudo a este pesquisador, chegar à conclusão de qualificação dos itens ou materiais orçamentários propostos devido à necessidade de conhecimento técnico específico. Cabe relatar, no entanto, que a empresa selecionada para a realização do projeto de restauro foi a Arquibrasil Arquitetura e Restauração.

Mesmo com os orçamentos e com o projeto realizado, a restauração ainda não foi realizada. Os motivos permeiam sobre conjecturas das mais variadas, entre elas a disputa política entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro pela concessão geográfica do patrimônio e até mesmo a falta de verbas para o empreendimento. Segundo o Sr. Júlio Cesar Dias, já foi solicitado à SEOP, por parte do município de Irati, juntamente com o Departamento Regional de Cultura, a revisão e reestruturação do projeto de restauração e atualização do plano

orçamentário para que a obra possa enfim, ser realizada. O processo está em trâmites de desenvolvimento sem conclusões definitivas até o momento. Ainda segundo Dias, não existe um projeto específico de futuros usos do patrimônio, que será mantido pelo Estado com a ajuda administrativa do município. A ideia, a princípio, é a utilização da Casa Sede como o futuro museu da madeira.

Não existe no entanto, ainda um projeto, apenas uma ideia a ser concretizada após a restauração da casa. Dessa forma, não foram dispensados esforços no que diz respeito à pesquisa orçamentária municipal no que concerne à possibilidade da prefeitura manter em funcionamento o edifício. Considerando-se a incerteza em relação a seu uso, não há como ter embasamento suficiente para concluir a atuação da prefeitura no que diz respeito ao patrimônio. Cabe, nesse caso, aguardar o restauro para então realizar novas pesquisas com dados quantitativos atualizados.

3.1.2 A Casa da Cultura de Irati

A Casa da Cultura passou, desde sua construção, em 1919, por duas reformas-restauro. Cabe ressaltar que a Casa da Cultura não é um patrimônio tombado pelo Estado, assim sendo, as reformas que ocorreram foram de iniciativa e financeiramente bancadas pelo município. A primeira reforma-restauro ocorreu no ano de 1989, 70 anos após ser construída, ano que o imóvel foi cedido em regime de comodato ao município. Não existem informações técnicas ou quantitativas disponíveis sobre esta reforma, sabe-se apenas que ela objetivou a possibilidade de uso físico da estrutura, que se encontrava em estado de visível decadência.

Em 2001, 12 anos após a primeira reforma, uma nova reforma-restauro foi executada. Não foi possível conseguir informações acerca dos valores demandados para esta reforma, sabe-se apenas que nesta etapa buscou-se retratar os aspectos originais da casa, contudo, a varanda foi alterada e a cor, antes verde, passou a ser vermelha e branca e muros de tijolos foram construídos no pátio externo. Atualmente, como já apresentado neste trabalho, uma nova reforma-restauro com projetos em 3D já está em fase final de aprovação.

Não são poucas as dificuldades para restaurar e manter um edifício histórico com aportes unicamente municipais. Desde a carência de recursos financeiros à ausência, muitas vezes, de conhecimento especializado, que são contratempos na

conservação desses bens históricos. A Casa da Cultura de Irati caracteriza um bem municipal de valor simbólico não só ao município, pois sua trajetória conta também a história de um importante ciclo econômico para a região e para o Estado como um todo, o ciclo da madeira. Sugerir o tombamento da Casa da Cultura como patrimônio estadual é possibilidade verossímil e plausível de ser realizada, bastando para isso, a observância irrestrita da valoração do edifício por parte de sua comunidade e seus gestores.

3.2 PROJETOS DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

3.2.1 A Casa Sede da Fazenda Florestal

Este projeto intitula-se “Interpretando a Fazenda Florestal”, e objetiva propor ações de interpretação a esse patrimônio. Cabe lembrar, como já foi ressaltado, que a interpretação patrimonial é a ponte que transmitirá o sentimento de pertencimento patrimonial do atrativo ao visitante e por isso, formas eficientes de interpretação devem ser adotadas.

Segundo Pires (2006) os objetivos de um plano de interpretação prático são: 1) Conhecimento (como contribuir para que os visitantes e a comunidade conheçam os fatos históricos do ambiente visitado); 2) Afetividade (como despertar nos visitantes e nos moradores sentimentos de orgulho pelo patrimônio), e; 3) Novas atitudes/comportamentos (como contribuir para a formação de valores que resultem na conservação do ambiente) – além de todos precisarem estar em boa sintonia.

Murta e Albano (2002, p. 20) reforçam alguns princípios a serem observados na elaboração de um plano interpretativo, segundo as autoras, um plano visa “estabelecer no espaço uma rede de descobertas e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais.” No que concerne às etapas do plano interpretativo, Murta e Albano (2002) resumem três aspectos a serem abordados; 1) O inventário e registro de recursos, temas e mercados; 2) O desenho e montagem da interpretação e; 3) A gestão e promoção.

Morales (2001) ressalta que os planos interpretativos devem estar assegurados pela unidade de gestão de uma determinada estrutura e devem considerar: 1) Equipamentos ou infraestruturas; 2) Meios de interpretação – suporte

ou veículo através do qual se transmite a mensagem ao visitante; 3) Estrutura do serviço de interpretação – secções ou unidades em que se organizam os serviços interpretativos.

Na perspectiva de Badarocco e Scull (1978), a construção de um plano de interpretação é uma tarefa simultaneamente simples e complexa. Simples, porque se concentra apenas na escolha dos meios e programas que se julgam mais eficazes para transmitir uma mensagem. Complexo, porque esta escolha exige criatividade e intuição e uma avaliação permanente da sua eficácia (plano e respetivos recursos).

Assim, com base nos princípios descritos é possível então a elaboração dos planos interpretativos estipulados nesta pesquisa. Dessa forma, referindo-se ao primeiro objeto de estudo, a Casa Sede, as ações propostas, de acordo com o embasamento teórico e documental são:

- **Placa indicativa e/ ou painel interpretativo:** A instalação de uma placa de metal resistente ou de madeira, por ser mais característico ao atrativo e sua história. Porém, caso se opte por utilizar madeira, é preciso salientar que a manutenção desta ocorrerá com maior frequência. Localização ideal para a placa é na parte de fora da casa, logo na entrada, ou de preferência, junto à placa do IAPAR, que fica localizada no início da estrada que leva até a casa, pois essa localização é privilegiada devido a ser junto à BR-277 e todos os transeuntes poderão facilmente visualizá-la. É ideal que na placa contenha um breve histórico do atrativo, quando e por quem foi construído e quem viveu no local, informações estas, dispostas em ao menos três idiomas, português, inglês e espanhol, com ênfase no português.
- **Folhetos auto-explicativos:** Esses folhetos podem ser confeccionados com o mapa interno da casa e uma breve descrição sobre as obras que compõe o local. Não são necessariamente ecologicamente corretos, pois podem ser substituídos por painéis explicativos quando no local, evitando o uso do papel como matéria prima, contudo, constituem um aporte de divulgação em outros locais, tanto na cidade como em possíveis pontos de divulgação na BR, como restaurantes e praças de pedágio.

- **Painéis explicativos:** Podem ser colocados antes da entrada de cada cômodo portando uma pequena descrição das obras que ali serão encontradas.
- **Placas explicativas:** Pequenas placas com uma breve descrição, colocadas logo abaixo ou ao lado de cada obra, como quadros, móveis, vestuários, entre outros objetos variados que possam estar à mostra.
- **Modelos e maquetes:** Possíveis modelos, feitos de cera ou outro material específico, dos antigos moradores da casa em seus aposentos.
- **Material de vídeo:** Exibir um vídeo no início de excursões guiadas, sobre o atrativo, sua história, antiga utilização e importância para o município.
- **Organização do espaço:** Organizar as obras para que tenham características que não contrastem com o atrativo. Não incluir obras que não possuem ligação histórica com a casa.
- **Condutor especializado:** Um condutor que possua profundos conhecimentos de todo o acervo e história do local, de preferência que seja morador da região e que receba os treinamentos necessários.
- **Exposições específicas:** Exposições frequentes que foquem na história e cultura da antiga serraria e sua influência para o município.

É notadamente perceptível que as ações supracitadas equivalem a um processo de interpretação tanto guiada como autoguiada, pois trabalhando ambas em conjunto é possível trazer um nível de interpretação mais profundo. A restauração não foi incluída neste plano pois levou-se em consideração o fato do projeto de restauro já ter sido aprovado, aguardando apenas liberação. Outras medidas ainda poderão ser tomadas, como iniciativas por parte do município em conjunto com as escolas municipais, depois passando para as séries mais avançadas, de montar um cronograma de visita ao local, no qual a prefeitura disponibilizaria o transporte adequado e em datas específicas cada escola ou turma faria visitas à Casa, então Museu da Madeira. Esta constitui uma forma prática de ensinar-lhes sobre sua própria história, desde sua educação de base, para que cresçam como cidadãos conscientes da importância da preservação do que é seu legado por direito.

3.2.2 A Casa da Cultura de Irati

Este projeto intitula-se “Interpretando a Casa da Cultura” e objetiva a elaboração de um plano de interpretação patrimonial que possa ser aplicado ao referido edifício. Na casa funcionam concomitantemente a Secretaria de Cultura municipal, no segundo piso, e o Museu municipal, no térreo, que foi inicialmente utilizado como sede do então banco Francês. A primeira sugestão derivada desse plano é a adjeção do museu à Secretaria de Cultura, considerando-se todo o edifício como museu. Não existe placa indicativa sobre o museu e as pessoas que visitam o local muitas vezes nem mesmo sabem da existência de um museu municipal. Uma vez cumprida essa etapa será possível trabalhar o edifício como um referencial histórico único.

No andar térreo, onde teoricamente encontra-se o museu, não há necessariamente um sistema de organização que o caracterize como tal. O local serve mais como um depósito de arquivos dos mais diversos. Este acervo guarda referencial histórico do município o qual deveria ser exposto ao público e no entanto, constitui apenas fonte de pesquisa para aqueles que algum interesse possam ter em alguma informação neles contida. É possível também encontrar objetos, indumentárias, quadros e até mesmo instrumentos musicais. Um acervo depositado e sem uso público.

O segundo piso, onde funciona a Secretaria de Cultura, é o mais utilizado e mais visitado. Foi o local de moradia da família Gomes e em alguns cômodos é possível ainda encontrar objetos que por eles foram utilizados. Não há contudo, placas indicativas, salvo algumas excessões, e não há também um tema específico para as visitas. Diferentes obras estão também expostas pela casa, desde alguns quadros que retratam antigas imagens da cidade de Irati, até pêsankas¹⁹, as quais não necessariamente constituem parte do conjunto histórico local. Esporadicamente são trazidas algumas exposições para a cidade, como o que ocorreu no ano de 2010 e novamente em junho de 2015, quando foi trazida à Irati uma exposição sobre o antigo Egito. Grandes exposições como essa demandam que o acervo seja movido para dar espaço às peças da mostra, o que não é necessariamente aconselhável

¹⁹ Ovos coloridos artesanalmente, derivados da tradição e folclore ucranianos. Disponível em: <http://www.pessanka.com.br/pessanka.html>

pois nem todas as peças de um museu podem ser movidas sem que sua preservação seja afetada.

Inicialmente programada para acontecer entre os dias 11 de maio de 2015 a 26 de junho de 2015, a exposição teve seu encerramento prorrogado para o dia 03 de julho, devido ao grande interesse da população local. A exposição é do Museu Egípcio Rosa Cruz de Curitiba e veio a Irati a convite da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Legado Étnico de Irati. Segundo Leveovix (2015) correspondente do jornal local, Folha de Irati, a exposição atraiu mais de duas mil pessoas à Casa da Cultura, o que chega a ser um número maior que o número de visitantes que o local recebe em um ano.

De acordo com informe público da prefeitura municipal divulgado em rádio local, a rádio Najuá FM, a supervisora do museu, Vivian Tedardi, relatou que “a exposição é muito importante para que todos possam conhecer um pouco sobre o passado do povo egípcio.” (PMI, 2015, p. 01). No mesmo informe publicitário, de acordo com PMI (2015), Fernanda Popoaski, Secretária de Cultura, Patrimônio Histórico e Legado Étnico de Irati, reitera que:

Todos devem visitar a Casa da Cultura para ver essa linda exposição. Para Irati é muito importante receber uma mostra deste nível, que além de agregar cultura, faz com que conheçamos um pouco mais deste povo que é detentor de uma incrível e importante história. (PMI, 2015, p. 01)

Cabe aqui uma observação que correlaciona as declarações citadas ao objetivo de estudo desta pesquisa. Não levantam-se questionamentos a respeito da importância de tal exposição para a população local, contudo, como destacado pela supervisora do museu Egípcio, a exposição é importante para conhecermos sobre o passado do povo egípcio, declaração factual, no entanto, e quanto a importância de se conhecer mais a fundo a história local, a população, seus costumes e tradições?

A secretária de cultura enfatiza que todos devem ir a Casa da Cultura para ver esta tão importante mostra, pois agregará cultura e conhecimento de um povo que é detentor de uma incrível e importante história. Enfatiza-se aqui o dever com que a nota é expedida. Não deveriam também, os moradores locais, visitar a Casa da Cultura para conhecer um pouco mais sobre sua própria história? E se o mesmo entusiasmo direcionado a essa mostra fosse também aplicado à estruturação e elaboração de mostras locais? É factual que o povo egípcio deixou um marco na

história contemporânea, deve-se sim conhecê-la pois é parte de um patrimônio pertencente à humanidade, contudo, será sua importância maior do que a história da própria comunidade local, seus costumes e patrimônios? Não seria esta, uma representação da valoração do patrimônio externo em relação ao interno?

O grande número de visitantes da referida mostra egípcia evidenciou uma realidade factual, a própria população não sente interesse na história local, mas um grande apreço e ligação ao patrimônio global, que é vendido pela mídia e acarreta muitas vezes o desmantelamento da identidade cultural local. É importante conhecer, cuidar e identificar aquilo que caracteriza a história da humanidade como um todo, no entanto, é também, e talvez mais ponderoso, identificar e valorizar aquilo que de mais próximo há para com uma comunidade, a longa ou curta história que os trouxe até aquele lugar, o que os localizou no tempo. A valorização interna deve preceder a externa, e não o contrário. Para que essa prática não seja utópica é necessário educar o visitante para a importância da história local retratada em seu patrimônio, para tal o plano interpretativo do local deve prezar por essa sensibilização.

Entre as ações que compõe este projeto de interpretação, sugere-se:

- **Restauração:** Como anteriormente citado nesta pesquisa, este não é necessariamente um fator obrigatório no processo interpretativo, mas fundamental para a criação do senso de pertencimento e fortalecimento da identidade local.
- **Placa indicativa e/ ou painel interpretativo:** Não existe placa indicativa da Casa da Cultura. Unificar o museu à Secretaria e dispor uma placa indicativa que enfatize o museu regional. É importante colocar um pequeno resumo sobre o edifício, por quem foi habitado e quando foi construído. Essas informações devem ser dispostas em português, inglês e espanhol.
- **Folhetos auto-explicativos:** Assim como na Casa Sede da Fazenda Florestal, esses folhetos podem ser confeccionados com o mapa interno da casa e uma breve descrição sobre as obras que compõe o local. Não são necessariamente ecologicamente corretos, pois podem ser substituídos por painéis explicativos quando no local, evitando o uso do papel como matéria prima, contudo, constituem um aporte de divulgação em outros locais, como por exemplo, escolas.

- **Painéis explicativos:** Podem ser colocados antes da entrada de cada cômodo portando uma pequena descrição das obras que ali serão encontradas.
- **Placas explicativas:** Pequenas placas com uma breve descrição, colocadas logo abaixo ou ao lado de cada obra, como quadros, móveis, vestuários, entre outros objetos variados que possam estar à mostra.
- **Modelos e maquetes:** Possíveis modelos, feitos de cera ou outro material específico, dos antigos moradores da casa em seus aposentos.
- **Horário de funcionamento:** Considera-se este um elemento mais informativo do que interpretativo, mas importante. Atualmente a Casa da Cultura funciona de segunda à sexta feira, das 08h00 às 11h30 min, e das 13h00 às 17h00, e quando há exposições também aos sábados, das 13h00 às 16h00. Sugere-se que também esteja aberta aos domingos, dia em que muitos museus estão abertos à visita para aqueles visitantes que vêm nos fins de semana.
- **Material de vídeo:** Exibir um vídeo no início de excursões guiadas, sobre o atrativo, sua história, antiga utilização e importância para o município.
- **Organização do espaço:** Organizar as obras para que tenham características que não contrastem com o atrativo. Não incluir obras que não possuem ligação histórica com a casa.
- **Organização do acervo:** Dispor obras que retratem a história e cultura local. Fazer uma análise sobre todo o acervo em depósito e procurar a melhor forma de colocá-los à mostra.
- **Decoração temática:** O andar térreo foi utilizado, nos primeiros anos da Casa, como sede do banco Francês. Poucas pessoas tem esse conhecimento. As pequenas janelas ainda dão acesso à calçada, assim, decorar o ambiente retratando o dia a dia do antigo banco, com possíveis encenações durante as visitas guiadas seria uma forma vívida de gerar sentimento interpretativo nos visitantes.
- **Condutor especializado:** Um condutor que possua profundos conhecimentos de todo o acervo e história do local, de preferência que seja morador da região e que receba os treinamentos necessários. Em visita ao local por este pesquisador, observou-se na ocasião que este item foi

satisfeito. A visita contou com um condutor com grande conhecimento e sentimento valorativo pela obra. Contudo, não era um condutor oficial contratado do local e, não são todas as visitas que ele pode conduzir.

- **Exposições específicas:** Exposições frequentes que foquem na história, cultura e influência da família e do edifício para o município.
- **Pré disposição e comparação de imagens:** Este tópico será caracterizado em mais detalhes na sequência.

A pré disposição e comparação de imagens é um item altamente funcional na interpretação. No ato de interpretar, todos os sentidos podem ser amplamente explorados com o intuito de proporcionar ao visitante uma experiência inolvidável. O sentido mais explorado e de mais fácil utilização no entanto é a visão. Tilden (1977) nos diz que a imagem é a primeira percepção utilizada na interpretação, pois já ao ver o edifício o visitante se sente ou não tocado pelo seu conjunto histórico. Ao utilizar-se de imagens antigas, que retratem o local em tempos passados, cria-se na imaginação do visitante a comparação temporal comparativa, ele pode observar, se já foi devidamente informado a respeito do histórico local, a vida que ali acontecera. Uma forma de auxiliar esse processo é fazer uma pré disposição de imagens, antigas e novas, ou, mais relevante ainda, posicionar uma imagem antiga em um local em que o visitante possa observar com seus próprios olhos, o atual. Existem duas formas mais conhecidas de se utilizar dessa abordagem.

A forma mais prática e economicamente viável é a disposição de imagens em um local específico no qual o visitante possa ao mesmo tempo ver em imagens o local como ele era e como ele está hoje. Isso pode ser feito colocando-se duas imagens, uma antiga e uma recente, lado a lado, ou, mais eficientemente, colocar a imagem em um local de dupla visualização. Por exemplo, coloca-se do lado de fora da casa uma imagem, com boa resolução, em um painel que seja posto de preferência na horizontal ou semi horizontal, com um breve histórico do local escrito ao lado. Assim o visitante pode ver a imagem antiga e, ao levantar seus olhos, ver a casa em seu tempo, como o que é mostrado na figura 15.



Figura 15: Stone House, Manassas Battlefield Park, Virginia.
Fonte: Acervo pessoal do autor (2015).²⁰

Este tipo de disposição objetiva criar no visitante a observação contemplativa do bem histórico, instiga a curiosidade e o aproxima da história do local. Imagens lado a lado podem ser úteis quando não há a possibilidade de dispô-las junto ao edifício, contudo o sentimento de estar pisando, tocando, vendo e sentindo o local é advindo da observação contemplativa e ao vivo. Para tal, é indicado que os painéis dêem preferência à imagens maiores com textos menores, deixando históricos mais extensos reservados aos interessados em repositórios específicos.

Este item interpretativo pode ser utilizado na Casa da Cultura de Irati. Um painel como o mostrado na imagem 15 pode ser posicionado no pátio interno da Casa, junto ao busto do Ce. Emílio B. Gomes ou até mesmo em frente à sacada, pois instigaria a curiosidade do visitante que, obrigatoriamente, teria que passar pelo painel para entrar na casa. Esta mesma técnica pode ser utilizada dentro da casa, não necessariamente com painéis, mas com imagens antigas de cômodos que sejam visualizadas em contraste com este local durante a visita. Também nas janelas seria possível pré dispor imagens antigas da rua, assim o visitante

²⁰ Não disponível online.

observaria as imagens de como era e de como ele a vê atualmente. Estas técnicas não demandam considerável dificuldade de implantação, sejam elas técnicas ou financeiras, contudo o ganho interpretativo para a visita é intrinsecamente significativo.

Outra forma de trabalhar a técnica da pré disposição e comparação de imagens foi desenvolvida pelo Museu de Londres. Denominada *Street Museum*, amplamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos. Ela utiliza-se da tecnologia para causar a mesma sensação interpretativa ao visitante. Ao invés da disposição de painéis com imagens antigas, foi desenvolvido um *software* para *tablets* e *smartphones* baseado em GPS, o qual localiza pontos históricos nas ruas e automaticamente faz a busca pela imagem daquele lugar quando o visitante nele se encontra. Assim, ao posicionar o aparelho com a câmera direcionada para o determinado ponto, é possível fazer um comparativo entre o passado e o presente através das imagens, como observa-se na imagem 16, na utilização do *Street Museum* na Holanda.



Figura 16: Street Museum NL: Wandelen door historisch Noord-Holland.
Fonte: De Digitale Archivaris (2015).²¹

²¹ Disponível em: <http://www.digitalearchivaris.nl/2012/05/street-museum-nl-wandelen-door.html>

Esta é uma técnica que demandaria um gasto financeiro maior para sua implantação, além de serviço técnico especializado para a criação do *software*. Apesar de ser utilizada internamente, é mais utilizada exteriormente, em ruas e praças, o que poderia ser um interessante projeto de extensão patrimonial para a cidade de Irati, contudo, não caracteriza objetivo de estudos desta pesquisa.

As técnicas de interpretação aqui apresentadas foram elaboradas da maneira mais pragmática possível. Foram levadas em consideração a situação física e administrativa dos edifícios e pensado a priori no que poderia ser feito sem muitas alterações no *status quo* da organização administrativa e financeira. Uma segunda análise mais profunda poderia ser realizada, uma vez implantadas essas ações e medidos qualitativamente e quantitativamente seus resultados. O campo da aplicação no entanto vai além do alcance deste trabalho, que limita-se a analisar e sugerir baseado em conceitos metodológicos teóricos e práticos. A possível aplicação será sugestionada aos poderes administrativos locais, cabendo a eles o estudo e viabilidade do projeto.

3.2.3 Ações de dupla aplicabilidade

As ações interpretativas a seguir podem ser aplicadas em ambos os objetos de estudo. Trata-se de ações de caráter mais arrojado que necessitariam de estudos mais intensos e um aporte maior de investimentos para sua aplicabilidade. São, contudo, atividades que já são realidade em muitos locais e que devem ser citadas neste plano. Seguindo o modelo teórico abordado, as ações propostas são:

- **Acessibilidade:** No constante à interpretação patrimonial, a acessibilidade deve ser observada no tocante à disposição das informações e ao sentimento gerado na visita. As informações em placas indicativas de locais ou peças devem também ser expostas em braile. Guias capacitados para trabalhar especificamente com pessoas de variadas deficiências físicas também é indicado, como por exemplo, condutores que dominem o uso da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Orienta-se também, sensatamente, a adequação do espaço físico dos locais para cadeirantes e pessoas com outros tipos de deficiências físicas.

- **Visitas encenadas:** Nestas, o visitante assistirá, ou tomará parte, de um pequeno teatro apresentado com intuito de introduzi-lo no tema da visita. É interessante que a encenação retrate a vida nos edifícios no auge de seu uso, em seu período temporal específico. Esta atividade pode ser utilizada em conjunto com a seguinte.²²
- **Visitas com pernoite:** Neste tipo de visita, um grupo, que pode ser formado de crianças, adultos ou grupo misto, passará uma noite no museu. Atividades noturnas, com guias especializados serão realizadas de acordo com a temática exposta. Um exemplo desse modelo de visita acontece no Museu de História Natural, em Nova York, com o projeto “*A night at the museum*”²³. A aceitação do projeto foi tal, que há filas para se conseguir um ingresso para as visitas temáticas. Adaptadas às devidas proporções físicas, esse é um modelo eficaz e relativamente novo à disposição da interpretação patrimonial.
- **Exposições táteis:** Peças específicas que possam ser tocadas pelos visitantes, elas podem ser alocadas em estandes ou colocadas esporadicamente entre as demais, devidamente indicadas.
- **Jogos Infantis:** Jogos de tabuleiro/mesa que ensinem algo sobre os edifícios.
- **Audioguias:** Constituindo uma ferramenta da interpretação autoguiada, os audioguias podem ser usados de variadas formas. Dentre elas, iniciar o dispositivo de audio automaticamente assim que os visitantes adentrarem determinada sala do museu. Esta ação, não obstante, é bastante restritiva à grupos e museus de grande porte. Outra forma é inserir um botão junto à cômodos e peças que, quando pressionado inicie o dispositivo de audio que explanará sobre o objeto ou local em questão. Essa ferramenta também pode ser restritiva, uma forma de amenizar tal fato é implantar entrada para fones de ouvidos junto às peças e fornecer os fones para os visitantes antes da visitação. Esse modelo de interpretação ainda é encontrado, porém, devido à sua restrição espacial e comodidade, vem sendo substituído por processos mais tecnológicos, como descrito a seguir.

²² Sugestão deste pesquisador: As visitas encenadas e de pernoite podem, por exemplo, ser realizadas por estagiários/universitários provenientes, principalmente, dos cursos de História, Turismo, Educação física, Artes Cênicas, entre outros.

²³Disponível em: <http://www.amnh.org/plan-your-visit/self-guided-tours/night-at-the-museum-tour>

- **Aplicativos para *tablets* e *smartphones*:** Ferramenta muito utilizada atualmente, os aplicativos para dispositivos móveis possuem uma gama considerável de opções facilitadoras para a interpretação patrimonial. Uma delas, já inclusa nos planos específicos, é a pré disposição de imagens. Outras possibilidades, conquanto mais simples, também estão disponíveis. Tanto a Casa da Cultura quanto a Casa Sede podem criar aplicativos específicos que incluam todos os seus dados históricos, bem como informações relevantes, como horários de funcionamento e divulgação de exposições específicas. Os recursos de visitas audioguiadas também podem ser inclusos nesse aplicativo, eliminando a necessidade de investimentos em tecnologia ultrapassada. Dessa forma, dentro do próprio aplicativo, poderiam ser incluídas as informações de todos os cômodos e peças do museu e, quando acessados iniciariam a explanação em áudio ou até mesmo em vídeo dos ambientes ou peças referidas. Para esse tipo de visita é interessante que o museu disponibilize conexão de rede sem fio aos visitantes. Outro recurso que pode ser empregado com o uso dos aplicativos é a disposição de informações por QR *code*. Esta não dispensaria o uso das placas físicas pois nem todos fariam uso dessa modalidade, contudo poderiam trazer informações adicionais àqueles que o usar.
- **Realidade virtual:** Este é um recurso inovador que se utiliza da tecnologia de realidade aumentada durante as visitas ou *tours*. É o mesmo dispositivo utilizado nos museus virtuais, mas aplicado em pontos específicos no percurso da visita. Seu conceito nesse caso, é similar à pré-disposição de imagens em dispositivos móveis, contudo, ao invés de *tablets* ou telefones móveis, o visitante portará um óculos de realidade virtual que, em determinados *hot spots*, poderá ser usado para gerar uma imagem 3D de realidade aumentada, que pode ou não incluir animações. O *Virtual Heritage* é uma rede mundial que abrange diversas iniciativas nesse conceito que vão desde a arqueologia virtual a seu uso turístico. Um exemplo desse tipo de interpretação é o produto espanhol Past View©™, operante, no momento, em algumas cidades da Europa e Turquia. Nesse tipo de passeio, o visitante utiliza-se de *smartglasses* e um *touch pad* enquanto se desloca pela cidade e, em pontos específicos, ao fazer uso dos óculos, poderá ver um determinado

edifício reconstruído ou o local como costumava ser em determinada época, como observa-se na figura 17.



Figura 17: Past View©™ Sevilla.
Fonte: Past View©™ (2016).²⁴

Das ações propostas, algumas consistem de iniciativas mais simples e de fácil aplicação, enquanto que outras constituem ações que demandariam elevado investimento financeiro e técnico para sua implantação. As ações propostas neste plano são de caráter amplo e arrojado. O objetivo deste pesquisador é apontar variadas e diversas possibilidades de ações de interação e interpretação patrimonial para os objetos de estudo. Cabe à prefeitura local e demais órgãos ligados à administração dos edifícios decidir o que é pertinente e exequível, levando em conta a disponibilidade orçamentária e técnica desses órgãos competentes, bem como a adaptabilidade à realidade local.

²⁴ Disponível em: <http://www.pastview.es/metropol.html>

Todavia, assente à fundamentação teórica e técnica realizada, faculta-se a este pesquisador sugerir quais, das ações propostas, poderiam ser aplicadas nos devidos objetos de estudo dada a atual realidade destes. No que concerne à Casa Sede da Fazenda Florestal, inexistente a possibilidade de aplicação de propostas imediatas ao prédio, dado que o museu ainda se encontra em fase de pré projeto. Quanto à Casa da Cultura, as ações propostas para possível aplicação, levando em consideração seus atuais usufrutos são:

À curto prazo (período de aproximadamente 01 ano): **Painéis explicativos:** Existem alguns, mas podem ser melhorados e ampliados; **Placas explicativas:** Existem, mas podem ser melhoradas e ampliadas; **Horário de funcionamento:** Atualmente a Casa da Cultura funciona de segunda à sexta feira, das 08h00 às 11h30 min, e das 13h00 às 17h00, e quando há exposições também aos sábados, das 13h00 às 16h00. Sugere-se que também esteja aberta aos domingos, dia em que muitos museus estão abertos à visita para aqueles visitantes que vêm nos fins de semana; **Material de vídeo:** Inexistente. Criar e exibir um vídeo no início de excursões guiadas, sobre a casa, sua história, antiga utilização e importância para o município; **Organização do espaço:** Organizar as obras para que tenham características que não contrastem com o atrativo. Não incluir obras que não possuem ligação histórica com a casa; **Condutor especializado:** Existe, porém de preferência que seja alguém que esteja disponível em tempo integral ao atrativo; **Acessibilidade:** Informações dispostas também em braile e condutor com conhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS).

À médio prazo (período de aproximadamente 05 anos): **Restauração:** A situação deteriorada do edifício deve, o quanto antes, ser sanada pela restauração; **Organização do acervo:** Dispor obras que retratem a história e cultura local. Fazer uma análise sobre todo o acervo em depósito e procurar a melhor forma de colocá-los à mostra; **Decoração temática:** O andar térreo foi utilizado, nos primeiros anos da Casa, como sede do banco Francês. Poucas pessoas tem esse conhecimento. As pequenas janelas ainda dão acesso à calçada, assim, decorar o ambiente retratando o dia a dia do antigo banco, com possíveis encenações durante as visitas guiadas seria uma forma vívida de gerar sentimento interpretativo nos visitantes; **Exposições específicas:** Exposições frequentes que foquem na história, cultura e influência da família e do edifício para o município; **Pré disposição e comparação**

de imagens: De forma simplificada, sem uso de aplicativos; **Visitas com pernoite, visitas encenadas e estandes táteis:** Dependem mais de planejamento de pessoal do que orçamentário.

À longo prazo (período de aproximadamente 05 a 10 anos): **Audioguias e aplicativos para dispositivos móveis.**

Para o período de curto prazo leva-se em consideração a relativamente simples aplicabilidade, não demandando grande aporte financeiro, dependente em suma de re-organização administrativa. O período de médio prazo leva em consideração a maior necessidade de planejamento financeiro e pessoal com treinamento e conhecimento técnico específico. O período de longo prazo foi assim delimitado pela necessidade de grande investimento financeiro e técnico. Os itens que não foram inclusos foram considerados, neste momento, incondizentes à atual realidade física e financeira existente. Assim sendo, neste capítulo foram apresentados grupos específicos de ações propostas, de forma ampla e generalizada, bem como apresentado, de forma cândida, um plano para aplicação específica e temporal das ações mencionadas. Cabe agora, como já citado, à prefeitura e órgãos competentes, julgar o que é ou não factível à realidade do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da caracterização dos objetos de estudo e apropriado embasamento, esta pesquisa traz à luz não apenas a importância física dos edifícios históricos para uma determinada população, especificamente nesse caso, a população da cidade de Irati, mas também a importância da criação de um sentimento de pertencimento entre população e patrimônio, o que pode ser obtido com a aplicação das ferramentas corretas, como a educação patrimonial através, entre outros, da conservação física dos edifícios e ações específicas de interpretação patrimonial.

Dois edifícios históricos foram objetos de estudos desta pesquisa, sendo um deles patrimônio estadual tombado do estado do Paraná. Foi mostrado ao longo da pesquisa que a Casa Sede da Fazenda Florestal é parte da história do município, da região e do estado, parte de um ciclo econômico que perpetuou o idealismo de sua construção, o ciclo da madeira. É lastimável ver o lóbrego estado de conservação em que ela se encontra, talvez mais lastimável ainda saber que mesmo a restauração estando aprovada, a verba ainda não foi liberada. E após a restauração? Como será o edifício utilizado? Será mesmo implantado o Museu da Madeira? Estas perguntas levam ao pensamento prospectivo da espera, angustiante esta que permeia a trajetória dos patrimônios tombados pelo país.

A Casa da Cultura, segundo objeto de estudos deste trabalho, infelizmente não consta na lista dos patrimônios tombados no estado. Seu valor histórico ainda precisa ser reconhecido, não somente pelos que de fora vêm, mas pela própria comunidade, pelos herdeiros de um legado desconhecido, marco de sua própria memória esquecida. A valorização patrimonial deve ser pensada do micro para o macro, do local para o não local. Deve-se aprender a zelar e valorizar primeiramente aquilo que vem a caracterizar um povo como tal, e só então dar o próximo passo, a valorização do outro, pois só assim criar-se-á o sentimento de identidade cultural, não de superioridade ou inferioridade, mas de igualdade e respeito.

No que diz respeito à auferição dos objetivos propostos nesta pesquisa, observa-se os dois objetivos específicos alcançados. Sendo o primeiro: caracterizar os projetos de restauro da Casa Sede e da Casa da Cultura, este foi alcançado pela análise dos três projetos realizados para a restauração da Casa Sede. Notou-se

neste ponto determinado interesse pela proteção do histórico edifício, no entanto o que marca essa trajetória é a grande burocracia que permeia o processo e vem impedindo-o de ser realizado, o que já demarcou a necessidade de um novo projeto. A diferença entre os valores dos projetos e a escolha por aquele que tem valor imensamente menor, aponta também a carência de um maior sentido de zelo em relação ao patrimônio. Quanto ao segundo objetivo específico, sendo este: propor ações de interpretação patrimonial para os dois edifícios, também considera-se alcançado. Tal foi possível através da elaboração de três planos de ações interpretativas, sendo um específico para cada edifício e outro de dupla aplicabilidade. A elaboração dos planos baseou-se em fundamentação teórica específica e conceitos de diferentes autores.

Dessa forma, considera-se também alcançado o objetivo central desta pesquisa, que foi: analisar a importância da restauração e da interpretação patrimonial para a valorização dos edifícios históricos. É opinião factível e concluinte deste autor que, tanto a restauração quanto a interpretação patrimonial são aspectos precípuos e essenciais para que um edifício histórico seja valorizado. Uma vez analisadas as disparidades de autores como Le Duc, Ruskin e Boito e suas teorias da restauração, compreende-se que, no caso da Casa Sede e da Casa da Cultura, a não restauração dos edifícios acarretaria conseqüentemente em sua ruína. Uma nova ou uma primeira restauração poderia tirar-lhes sua pura originalidade, mas de que serviria essa originalidade depois que eles tiverem virado escombros? Como passar um sentimento de pertencimento e valorização de algo inexistente, que nem mesmo uma lembrança pode gerar? Assim considera-se sim, a restauração, em suas devidas proporções, mantidos e reconstruídos os aspectos originais dos prédios, de fundamental relevância.

Quando elucubra-se sobre a interpretação e os usos do patrimônio pelo turismo, semelhante discussão se apresenta. Em um prisma emergem, entre diversos, autores como Choay²⁵, que contesta que qualquer uso do patrimônio pelo turismo possa de alguma forma contribuir culturalmente para com o visitante, e este, com a preservação do patrimônio. Em outro, também entre muitos, há autores como Camargo e Ferreira²⁶, que escudam o fato do turismo e patrimônio existirem, hoje,

²⁵ Opus citatum

²⁶ Opus citatum

um em função do outro. Em face de tais flancos, a opinião deste pesquisador é de sobremaneira não conciliadora, mas antes, conformada e estoica.

Não há motivo para se manter o antigo se ele não se adequar ao que é novo o que, nesse caso, alude-se à ganhos financeiros em primeira instância e sociais em segunda. Assim, o turismo como fator primo cultural é utópico e irreal. Quais seriam os motivos de se manter a Casa Sede e a Casa da Cultura se estas, de alguma forma, não trouxessem ganhos financeiros ou sociais? Poucos lugares do mundo arraigam museus fechados ao público, pois um investimento sem retorno, com exclusivo interesse cultural, inexistente. Esta antinomia se estende também para as apropriações turísticas do patrimônio imaterial. Tomemos como exemplo uma hipotética aldeia indígena para a qual os visitantes se deslocam para assistir à uma cerimônia de dança da chuva. Nota-se no entanto que, nesta hipotética aldeia, nem mesmo seus integrantes acreditam mais que sua dança possa trazer chuva. Tudo é uma encenação teatralizada com o intuito de venda. O turista é enganado e o indígena também. Não obstante, é melhor manter um reflexo de cultura a ser lembrado, do que não ter nem mesmo do que lembrar.

Assim, entende-se que é melhor manter os edifícios restaurados, dar-lhes usos sociais e econômicos e assim, torná-los uma lembrança viva, talvez não tão original, mas ainda assim uma lembrança capaz de gerar um sentimento de pertencimento, do que entregar-lhes à própria ruína e apagar para sempre qualquer traço do que um dia representaram. Este é, observante, o caso da Casa Sede e da Casa da Cultura. Sim é preciso mantê-los, mas também proporcionar-lhes corretos usos sociais e econômicos. Considerando-se esse aspecto e incluindo as devidas ferramentas interpretativas, sua pura originalidade ou intenções secundas não serão deveras importantes, pois seja como for, o sentimento e percepção cultural serão também possíveis.

Sim, a interpretação e a restauração são, inexoravelmente e, no atual aspecto temporal, intrinsecamente importantes para a preservação dos edifícios históricos. Esta afirmação aplica-se à atual conjuntura da Casa Sede e da Casa da Cultura. Restaurá-las e implantar planos interpretativos eficientes será de suma importância para a criação do sentimento valorativo e de pertencimento entre a comunidade iratiense e seu patrimônio o que, conseqüentemente contribuirá para a preservação

desses edifícios, encerrando um ciclo de interações salutares entre comunidade-patrimônio.

Talvez não seja mais possível conservar se não com o propósito de visitar. Esse amálgama pode transcender sua barreira cultural e encontrar outros domínios de pensamento, contudo porventura seja esse caminho o mais próximo que podemos chegar nessa complexa relação entre o passado e o presente. Até que uma nova vereda seja descoberta trilha-se da melhor maneira esta. Conservar para visitar, visitar para conservar, e no meio do processo, aprender.

Conservar é mais do que manter em pé um edifício, é, antes de tudo, manter vivas as lembranças daqueles que tinham no hoje, o seu amanhã. Parent (2009) lembra que vivemos em um momento no qual a preservação deve ser sistêmica, pois a degradação também é sistemática. Educar ainda permanece o caminho mais adequado, e talvez o único capaz de promover uma consciência cultural assídua, fazendo com que as pessoas passem a ver o patrimônio não como algo frívolo ou pueril, mas como parte de sua própria história, como povos e como indivíduos.

Este autor não poderia melhor descrever tal relação se não nas palavras de Carvalho e Miranda (2005), quando dizem que as paredes de uma casa vão estar sempre impregnadas pelos risos dos triunfos e da alegria ingênua, mas também umedecidas pelas lágrimas das perdas. São memórias, são rastros de coisas vividas, passadas, sempre pulsantes, mobilizadoras de lições nunca aprendidas. Esses risos, essas lágrimas, construíram o que se pode ver hoje.

Visitar é mais que lembrar, é sentir novamente aquela alegria vivida, aquelas tristezas passadas e ser agradecido a eles, àquelas pessoas que nos ensinaram que, para que o amanhã exista, é preciso seguir em frente, sem esquecer jamais, de olhar para o passado.

REFERÊNCIAS

BARDAROCCO, R. J.; SCULL, J. **Megascale interpretative planning**. USA: The interpreter. 10(3), 4-10, 1978.

BARRETTO, M. **Turismo e Patrimônio: meios ou fins?** I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural. São Paulo: UNIBERO, 2001.

BRASIL. IBGE. **Cidades: Irati - Paraná**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411070>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. M. T. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília:Ministério do Turismo, 2008.

BRUSADIN, L. B. ; SILVA, R. H. T. da. **O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto**. Cultur : Revista de Cultura e Turismo. Ilhéus, 28 jul. 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao1/artigo_4.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDOZO, P. F. **A Interpretação do Patrimônio Histórico Romano na cidade de Mainz, Renânia-Palatinado (Alemanha)**. Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Curitiba, v. 10, n. 1, p.661-670, 09 set. 2011. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/10112/PS0112_17.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

CARNEIRO JR. R. A. (coord.). **Festas populares do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 2005.

CARVALHO, M. C. W. de; MIRANDA, N. **Paranáde madeira**. Curitiba: Cultural Office, 2005.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. 288 p.

_____. **O patrimônio em questão: Antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DINIZ, W.; MEDRONI, M. (orgs.). **Museus do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

ENGENHARIA CIVIL. **Estuque**. Disponível em: <<http://www.engenhariacivil.com/dicionario/estuque>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FIGUEIRA, G. K. **A educação patrimonial (cultural) e o desenvolvimento sustentável do turismo**. 2007. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <bdm.bce.unb.br/handle/10483/188>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GRAMMONT, A. M. de. **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 4, n. 3, p.437-442, 10 mar. 2006. Disponível em: <www.pasosonline.org>. Acesso em: 10 abr. 2015.

HOWE, J. **Georgian Architecture**. Boston College. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/georgian.html>. Acesso em: 17ago. 2015.

IEF. I. E. F. **Manual de Introdução a Interpretação Ambiental**. Projeto Doces Matas: IEF - IBAMA Biodiversitas - GTZ. Belo Horizonte, 2002. 108p.

IRATI. S. D. C. P. H. E L. É. (Ed.). **Casa da Cultura**. Disponível em: <http://www.irati.pr.gov.br/internas.php?url=ver_secretaria&id_secretaria=54>. Acesso em: 17 ago. 2015.

IRATI. P.M.I. . **Casa da Cultura expõe: O Egito Antigo: Faraós, cultura e sociedade**. 2015. Disponível em: <<http://radionajua.com.br/noticia/cultural/geral/casa-da-cultura-expoe-o-egito-antigo-faraos-cultura-e-sociedade/31058/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

KOSINSKI, L. **Casa da Cultura de Irati**. Irati: Arquivo Pessoal, 2013.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEVEOVIX, G. **Egito antigo atraiu quase 2 mil pessoas à Casa da Cultura**. Folha de Irati. Irati, 2015. Disponível em: <<http://www.folhadeirati.com.br/cotidiano/egito-antigo-atraiu-quase-2-mil-pessoas-a-casa-da-cultura-1.1579105>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MORALES, J.M. **Guia práctico para la interpretación del Patrimonio: El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante**. 2a ed. Sevilha: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2001.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

PARANÁ. S. D. E. D. O. P. **Alfred Willer Arquitetura e Planejamento**. Orçamento de Restauração da Casa Sede da Fazenda Florestal. Curitiba, 2007.

_____. **Jeferson Navolar Arquitetura e Urbanismo**. Orçamento de Restauração da Casa Sede da Fazenda Florestal. Curitiba, 2007.

_____. **Arquibrasil Arquitetura e Restauração**. Orçamento de Restauração da Casa Sede da Fazenda Florestal. Curitiba, 2007.

_____. Secretaria de Estado da cultura. **Espirais do tempo: Bens Tombados do Paraná**. Curitiba, 2006.

PARENT, M. ; LEAL, C. F. B. **As missões da Unesco no Brasil**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

PIRES, F. M. **A Interpretação Patrimonial na relação entre o sujeito e o atrativo: Percepções dos turistas e dos moradores sobre a interpretação do Patrimônio Edificado em Tiradentes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Centro Universitário UNA. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp155801.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. O. **Turismo Cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais**. Itinerarium, Rio de Janeiro, v. 1, n. , p. 1-12, 01 jan. 2008. Disponível em: <www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/.../108>. Acesso em: 17ago. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Espiraís do Tempo: Bens tombados do Paraná**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/fpi.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2013

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP. **Projeto de restauração: Casa Sede da Fazenda Florestal**. Fernandes Pinheiro, 2007.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, S. R. X. da; BOMFIM, N. R. **Uma abordagem sobre a educação patrimonial e o turismo cultural em Ilhéus**: propostas e alternativas para o seu desenvolvimento. In: CICLOS HISTÓRICOS, 2009, Universidade Estadual de Santa Cruz. Anais. Ilhéus: UESC, 2009. p.1-8. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/saulo_rondinelli_xavier_da_silva.pdf>. Acesso em: 15ago. 2015.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. 3. ed. Chapel Hill: Unc Press, 1977. 191 p.

ANEXOS

Anexo 01 - Inscrição Tombo 102-II, Processo Número 06/90.

BR mmJ CDC. CFLO doc. 004 890

INSCRIÇÃO N.º 102 PROCESSO N.º 06/90

DESIGNAÇÃO Casa sede da Fazenda Florestal

NATUREZA: Arquitetura civil

CARÁTER DA INSCRIÇÃO: ex-ofício

MUNICÍPIO: * Feixeira Soares, "digo IRATI" Feix

LOCALIDADE: Florestal

LOGRADOURO:

PROPRIETÁRIO: IAPAR - Instituto Agronômico do Paraná

ENDEREÇO: Rodovia Celso Garcia Cid, km 375 - Londrina.

CARACTERÍSTICAS: O tombamento se refere à casa construída em madeira e jardins envoltórios. A casa com aproximadamente 400 m² de área construída, foi executada em dois pavimentos mais sótão, toda em imbuia. Possui elementos decorativos nas paredes internas e freios, escada em madeira maciça e corrimão entalhado, pisos em parquet em todos os cômodos. Os jardins têm composição simétrica em relação ao imóvel, com características francesas.

OBSERVAÇÕES:

*Atendendo reivindicação do município de Irati, a CPC solicitou ao ITCG a localização geográfica exata da casa sede de Fazenda Florestal. Em setembro de 2011, por meio de Informação Técnica do ITCG, assinada pela Eng. Cartógrafa Gislene Lessa e pelo Eng. Florestal Amauri Simão Pomposch, concluiu-se pela localização no município de Irati. Curitiba, em 5 de março de 2012. Haucheng

INSCRITO EM 30 de julho de 1990

Assinatura: Rosina Paoli Alice Haucheng

Cargo: Quadra do Patrimônio Histórico e Artístico.

Anexo 02 - Lei municipal nº 2111/2004**LEI Nº 2084**

Súmula : Autoriza o Poder Executivo Municipal a compensar débitos tributários e receber área de terreno correspondente a 960,00 m², dentro de área maior, pertencente à Empresa Emílio B. Gomes & Filhos S/A, Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a compensar débitos tributários e receber a área de terreno correspondente a 960,00 m², dentro de área maior de 2.852,00 m², conforme descrição abaixo, mapa e matrícula nº 11676, que farão parte integrante desta lei:

“O imóvel em descrição faz frente para a Rua XV de Julho, sendo que o seu ponto mais ocidental encontra-se a 24,40 m de distância à direita do alinhamento predial das ruas 24 de Maio e XV de Julho. A partir deste ponto chamado OPP, no rumo 53°30' NE faz frente por 24,00m, para Rua XV de Julho; rumo 40°30' SE e por 40,00 m, nesta linha confronta com terreno urbano de propriedade de Emílio B. Gomes & Filhos S/A Ind. Com. e Exp. de Madeiras; rumo 53°30' SW e por 24,00 m, confronta com terreno urbano de Emílio B. Gomes & filhos S/A Ind. Com. e Exp. de Madeiras, rumo 40°30' NW e por 40,00 m, confronta ainda com terreno urbano de Emílio B. Gomes & filhos S/A Ind. Com. e Exp. de Madeiras e chega à Rua XV de Julho no ponto onde fez princípio, fechando um perímetro de 128 m e com a área de 960,00 m².

Art. 2º - A presente compensação terá como objeto a quitação de débitos tributários e o recebimento pelo município de imóvel sobre o qual está construída a Casa da Cultura e, no restante do terreno, poderá ser construída a Casa do Artesão.

Art. 3º - A Casa do Artesão levará o nome de Luís Fernando Gomes e Eduardo Gomes.

Art. 4º - O valor de até R\$ 70.0000,00 (setenta mil reais), (avaliação em anexo), será pago totalmente através de compensação de tributos (contribuição de melhoria), referente ao exercício de 2002, referente aos imóveis com as seguintes indicações fiscais : 10303503200010, 10303503400010 e 10303605000010.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 1995 de 28 de agosto de 2003.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 15 de abril de 2004.

Antonio Toti Colaço Vaz
Prefeito Municipal